

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ
CURSO DE PSICOLOGIA

AMANDA MARCELA DOS SANTOS
LARISSA SILVA RAMOS

LAR, NEM TÃO DOCE LAR: COMPREENDENDO AS VIVÊNCIAS DE
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA PERPETRADA PELO PARCEIRO
ÍNTIMO

Ribeirão Preto
2023

AMANDA MARCELA DOS SANTOS
LARISSA SILVA RAMOS

**LAR, NEM TÃO DOCE LAR: COMPREENDENDO AS VIVÊNCIAS DE
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA PERPETRADA PELO PARCEIRO
ÍNTIMO**

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia
do Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de bacharel.

Orientadora: Profa. Ma. Mayara Colleti

Ribeirão Preto
2023

Autorizo a reprodução e divulgação total ou parcial deste trabalho, por qualquer meio convencional ou eletrônico, para fins de estudo e pesquisa, desde que citada a fonte.

L325

Lar, nem tão doce lar: compreendendo as vivências de mulheres vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo/Amanda Marcela dos Santos; Larissa Silva Ramos - Ribeirão Preto, 2023.

78p.il

Trabalho de conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá

Orientador: Me. Mayara Colleti

1. Mulher 2. Violência 3. Parceiro íntimo I. Santos, Amanda Marcela dos II. Ramos, Larissa Silva III. Colleti, Mayara

CDU 159.9

Bibliotecária Responsável: Maria Gabriela Farias Cobianchi CRB⁸ 9914

AMANDA MARCELA DOS SANTOS

LARISSA SILVA RAMOS

**LAR, NEM TÃO DOCE LAR: COMPREENDENDO AS VIVÊNCIAS DE
MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA PERPETRADA PELO PARCEIRO
ÍNTIMO**

Trabalho de conclusão de curso de Psicologia
do Centro Universitário Barão de Mauá para
obtenção do título de bacharel.

Data da Aprovação: 17/11/2023

BANCA EXAMINADORA

Ma. Mayara Colleti

Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Ma. Alessandra Ackel Rodrigues

Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Ma. Mariana Guedes de Oliveira Franco

Centro Universitário Barão de Mauá – Ribeirão Preto

Ribeirão Preto

2023

AGRADECIMENTOS AMANDA

Gostaria de agradecer, em especial, meu noivo Vinícius por ter me incentivado e me apoiado em todas as decisões que tive nesses últimos cinco anos, além de despertar em mim o sonho de voltar a estudar que estava adormecido. Obrigada por acreditar em mim quando eu mesma não acreditava.

Agradecer a minha mãe que sempre me ajudou no dia a dia, amenizando minha rotina turbulenta, me distraíndo com conversas e até mesmo com aquelas brigas de mãe e filha. Obrigada por ter me ensinado a ser uma mulher batalhadora, forte e que não desiste fácil quando quer algo.

Gostaria de agradecer imensamente as participantes dessa pesquisa que contribuíram com suas experiências. Foi gratificante ouvi-las e saber o quanto foram fortes por conseguirem encerrar um ciclo de abusos e sofrimentos. Vocês são especiais, merecem ser ouvidas e são um exemplo a ser seguido.

Agradecer a minha querida professora e orientadora que foi e é um exemplo de profissional a ser seguida. Obrigada por transmitir todo conhecimento de forma clara, leve e despertar ainda mais o interesse em uma área que era meu objetivo ao iniciar o curso.

Não poderia deixar de agradecer as minhas queridas amigas e companheiras desses cinco anos de curso. Sem vocês eu não teria conseguido acreditar que eu era capaz, sem vocês minhas noites seriam monótonas, sem vida e não teriam o lado bom dessa rotina doida.

Um obrigada especial para Lari, por ter sido minha dupla desde o começo do curso, uma pessoa serena, inteligente, que busca e faz acontecer em meio a vários obstáculos. Obrigada por encerrar o ciclo comigo sendo minha dupla desse trabalho incrível. Você foi e está sendo muito forte, todas estamos orgulhosas de você.

Obrigada, Bia por ser uma pessoa simpática, divertida, engraçada, acolhedora, que sempre acreditou em mim e fazia questão de ressaltar isso. Minha duplinha de estágio! Levo comigo como um exemplo a ser seguido seu jeito dedicado de ser.

Obrigada, Laura por ser uma amiga que sempre foi muito verdadeira, engraçada, solícita, sempre estava feliz e fazia de tudo para nos deixar feliz também. Sua energia é incrível e contagiante!

Obrigada, Carlota por seu jeitinho engraçado e doido de ser. Não ficamos o curso inteiro juntas, mas o tempo que ficamos percebi o quanto você é uma pessoa feliz, iluminada, verdadeira, sem filtros e que sempre está de bem com vida.

Gratidão a todas por não terem desistido de mim.

Por fim, obrigada a instituição e professores por me proporcionar e disponibilizar recursos para viver essa experiência incrível de me formar como psicóloga!

AGRADECIMENTOS LARISSA

Agradeço a minha mãe Sueli, que já se foi, mas sempre será minha maior inspiração e exemplo de mulher. Apesar dos obstáculos que ela encontrou durante sua vida, conseguiu superá-los.

A minha professora e orientadora que me apoiou em todo o processo, em meio as dificuldades que enfrentei, e ainda compartilhou os seus conhecimentos e ensinamentos. Além de proporcionar essa experiência tão significativa ao orientar a elaboração deste trabalho.

As participantes desta pesquisa, por estarem dispostas em contribuir de forma tão corajosa com seus relatos íntimos, ao confrontar seus problemas e apresentá-los para o mundo.

A minha dupla por estar ao meu lado durante a elaboração do trabalho e estar disposta a encarar esse desafio comigo.

A todos os professores que contribuíram com seus aprendizados. Vocês foram um exemplo para mim.

Aos meus familiares por me incentivarem e me apoiarem a cada momento, dando suporte e não permitindo que eu desistisse de conquistar meu sonho.

Aos meus amigos que ofereceram apoio nessa jornada de descobrimento, ainda, que tenha me ausentado e afastado, sempre foram compreensivos. Aqueles amigos que são presentes e os que hoje são ausentes, meus sinceros agradecimentos por me incentivar e oferecer um ombro amigo para chorar.

E por fim, meus agradecimentos a todos os colaboradores da faculdade, equipe que faz acontecer cada dia dentro dessa instituição.

"Fisicamente, habitamos um espaço, mas,
sentimentalmente, somos habitados por uma
memória"

(José Saramago)

RESUMO

A violência conjugal, durante muito tempo, foi tratada como algo exclusivo do âmbito privado do casal, estruturando-se sob os princípios da invisibilidade e da naturalização. Apenas, recentemente foi assumida como um grave problema de saúde pública que acarreta diversas consequências para as vítimas e sociedade. Considerando isso, o presente trabalho teve como objetivo compreender as vivências de mulheres que foram vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo. Trata-se de um estudo de caráter exploratório, descritivo, de corte transversal, amparado na abordagem qualitativa de pesquisa, no qual utilizou-se a análise temática de conteúdo para organização dos dados. Participaram do estudo, cinco mulheres que estiveram inseridas em um contexto em que sofreram violência perpetrada pelo parceiro íntimo, independentemente de ser uma relação estável legalizada. Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram (a) formulário de dados sociodemográficos, (b) roteiro de entrevista semiestruturada e (c) genograma. As entrevistas foram gravadas em áudio e, posteriormente, transcritas na íntegra. O *corpus* de pesquisa foi organizado por meio de análise de conteúdo temática e a análise e interpretação dos dados pautou-se na literatura disponível sobre o tema. A partir da análise do material coletado, pôde-se elaborar, em diálogo com a literatura, quatro categorias temáticas: (a) Repercussões da violência na saúde mental; (b) A importância da rede de apoio familiar e comunitária; (c) A violência enquanto vivência transgeracional e, (d) A atuação dos profissionais da rede intersetorial no atendimento à mulher vítima de violência. Os resultados permitiram desvelar que durante e após o relacionamento, as participantes se queixaram de várias repercussões na saúde mental, tendo que trabalhar suas inseguranças, medos, resgatar capacidades, crenças em si mesmas, rede de apoio, bem como passar por acompanhamento psicológico para amenizar sintomas depressivos e de ansiedade. Observou-se que a violência na vivência das participantes perpassa como um aspecto transgeracional, visto que presenciaram comportamentos violentos entre seus pais, destacando a questão da família patriarcal, no qual o homem detém poder sobre a mulher. O apoio psicológico e as redes de apoio para mulheres que sofreram violência são de suma importância para conseguirem resgatar suas potencialidades, seus direitos, desenvolver o processo de emancipação e empoderamento após o rompimento do relacionamento abusivo, uma vez que, elas estão vulneráveis e muitas das vezes sem rede de apoio. Sendo assim, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para atuação de psicólogos e demais profissionais, tanto no sentido de reflexão em relação às práticas de

atendimento e cuidado desta população, quanto no desenvolvimento de estratégias de intervenção e prevenção da violência.

Palavras-Chave: mulher; violência; parceiro íntimo.

ABSTRACT

Marital violence, for a long time, was treated as something exclusive to the couple's private sphere, structured under the principles of invisibility and naturalization. Only recently has it been recognized as a serious public health problem that has several consequences for victims and society. Considering this, the present work aimed to understand the experiences of women who were victims of violence perpetrated by an intimate partner. This is an exploratory, descriptive, cross-sectional study, supported by a qualitative research approach, in which thematic content analysis was used to organize the data. Five women participated in the study who were inserted in a context in which they suffered violence perpetrated by an intimate partner, regardless of whether it was a legalized stable relationship. The instruments used for data collection were (a) sociodemographic data form, (b) semi-structured interview script and (c) genogram. The interviews were audio recorded and later transcribed in full. The research corpus was organized through thematic content analysis and the analysis and interpretation of data was based on the available literature on the topic. From the analysis of the collected material, it was possible to develop, in dialogue with the literature, four thematic categories: (a) Repercussions of violence on mental health; (b) The importance of the family and community support network; (c) Violence as a transgenerational experience and, (d) The performance of professionals from the intersectoral network in providing care to women who are victims of violence. The results revealed that during and after the relationship, the participants complained of various repercussions on mental health, having to work on their insecurities, fears, recover capabilities, beliefs in themselves, support network, as well as undergoing psychological counseling to alleviate depressive and anxiety symptoms. It was observed that violence in the participants' experiences is a transgenerational aspect, as they witnessed violent behavior between their parents, highlighting the issue of the patriarchal family, in which the man has power over the woman. Psychological support and support networks for women who have suffered violence are extremely important to be able to recover their potential, their rights, and develop the process of emancipation and empowerment after the breakup of an abusive relationship, since they are vulnerable and many of the times without a support network. Therefore, it is expected that the results of this research will contribute to the work of psychologists and other professionals, both in terms of reflection in relation to the care and assistance practices of this population, and in the development of intervention and violence prevention strategies.

Keywords: woman; violence; intimate partner.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	JUSTIFICATIVA.....	20
3	OBJETIVOS	21
4	MÉTODO.....	22
4.1	Tipo de estudo	22
4.2	Participantes.....	22
4.3	Instrumentos.....	23
4.4	Procedimento.....	24
4.4.1	Coleta de dados.....	25
4.4.2	Tratamento e análise dos dados	25
4.5	Aspectos éticos.....	26
5	RESULTADOS E DISCUSSÃO	27
5.1	Eixo descritivo	27
5.1.1	Quem são as mulheres deste estudo? Uma breve apresentação e contextualização	27
5. 2	Categorias Temáticas.....	31
5.2.1	Repercussões da violência na saúde mental.....	31
5.2.2	A importância da rede de apoio familiar e comunitária.....	35
5.2.3	A violência enquanto vivência transgeracional	38
6	CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	48
	REFERÊNCIAS	50
	APÊNDICE A – Formulário de dados sociodemográficos	56
	APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada.....	57
	APÊNCIDE C – Termo de consentimento livre e esclarecido TCLE (coleta presencial)	59
	APÊNCIDE D – Termo de consentimento livre e esclarecido TCLE (coleta online).....	65
	ANEXO A - Legendas dos Genogramas, segundo Wendt e Crepaldi (2008).....	70
	ANEXO B- Aprovação da Pesquisa junto ao Comitê de Ética	71

1 INTRODUÇÃO

A introdução será apresentada a partir de cinco subtemas que remontam o percurso teórico que fundamenta o presente estudo: (1) Aspectos históricos, sociais e culturais da violência contra mulher; (2) Violência contra mulher: repercussões na saúde física e mental; (3) A violência contra mulher no Cenário Brasileiro; (4) Violência contra mulher: Âmbito jurídico e as políticas públicas e, (5) Papel da Psicologia e dos psicólogos junto à violência contra mulher.

1.1 Aspectos históricos, sociais e culturais da violência contra mulher

A violência é uma ocorrência que se manifesta no âmbito social e está presente em diversas esferas e estratos sociais. Esse fenômeno caracteriza-se pela transgressão dos direitos humanos, afetando a vida, a saúde e a integridade física e mental dos indivíduos (SOUZA; REZENDE, 2018). Além disso, é um fenômeno complexo de natureza biopsicossocial, que se manifesta no cotidiano da vida em sociedade (HAYECK, 2009).

Para compreender esse fenômeno de maneira abrangente é necessário realizar uma análise que abarque dimensões históricas, sociológicas e antropológicas. Isso implica examinar as conexões e interações entre questões sociais, morais, econômicas, psicológicas e institucionais que influenciam e contribuem para a ocorrência da violência (HAYECK, 2009).

Entre as diversas formas de violência, uma das configurações frequentemente observadas é aquela dirigida às mulheres (SOUZA; REZENDE, 2018), que pode ser perpetrada: (a) no âmbito da unidade doméstica, espaço de convívio permanente de pessoas com ou sem vínculo familiar; (b) no âmbito da família, formada por indivíduos que são ou se consideram aparentados e, (c) em qualquer relação íntima de afeto, independente de coabitação (BRASIL, 2006), sendo esta última o foco deste estudo.

A violência perpetrada pelo parceiro íntimo é entendida como a violência contra a mulher cometida pelo parceiro no contexto de uma relação afetiva e sexual, independentemente de ser relação estável legalizada, podendo acontecer no ambiente doméstico e urbano (NARVAZ, 2006) e expressa-se de diversas formas, sendo estas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL, 2006).

A violência física é aquela que agride a integridade ou saúde corporal; a psicológica é aquela que afeta emocionalmente a autoestima e prejudica o pleno desenvolvimento, como

controlar as ações e comportamentos, manipulação, isolamento, exploração, ameaças, insultos, chantagens, vigilância constante, perseguição e humilhação; a sexual envolve presenciar, manter ou participar de relações indesejadas, devido a ameaças e uso da força, impedimento de métodos contraceptivos, gravidez, aborto ou prostituição, qualquer ato que interfira no seu direito sexual e reprodutivo; a patrimonial está relacionada aos bens, valores, objetos e os recursos econômicos de forma a reter ou destruir; e, por fim, a moral consiste em qualquer ação que associe a difamação, injúria ou calúnia (BRASIL, 2006).

Entendido, durante muito tempo, como exclusivo do casal, a violência contra mulher (VCM) mantinha-se estruturada sob os princípios da invisibilidade e da naturalização (ACOSTA *et al.*, 2015). Apenas a partir dos anos 1980, a VCM perpetrada pelo parceiro íntimo foi assumida como uma questão social (SOUZA; REZENDE, 2018), deixando de ser considerada restrita ao âmbito privado para ser compreendida como um grave problema de saúde pública (ACOSTA *et al.*, 2015; SOUZA; REZENDE, 2018).

O movimento feminista foi um dos principais responsáveis por alertar sobre a necessidade das denúncias das violências ocorridas no interior dos lares (NARVAZ; KOLLER, 2006). Assim, considerando que, segundo Narvaz e Koller (2006, p. 8) “nas relações conjugais violentas os agressores são predominantemente do gênero masculino, e as principais vítimas, do gênero feminino, a violência conjugal é também uma forma de violência de gênero”.

A violência de gênero abarca múltiplos fatores como: sociais, culturais, históricos e subjetivos. Tal fenômeno é fundamentado nos padrões patriarcais e machistas da sociedade, gerando uma desigualdade de gênero e legitimando a violência que as mulheres sofrem (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

Para um entendimento aprofundado da temática, faz-se necessário avaliar a ideologia presente na sociedade brasileira, a qual reproduz a desigualdade entre os gêneros. Trata-se da ideologia do patriarcado, presente desde o início da humanidade, apresentando vantagens aos homens, com dominação perante os grupos minoritários, valorização dos seus interesses e sendo sempre considerados na posição de poder público e político. Enquanto, às mulheres, atribui-se à reprodução da vida, afazeres domésticos e sexuais (CANTARES; GUZZO, 2022).

Ainda nesse aspecto, a violência se configura de acordo com as estruturas sociais, sendo praticada de forma mascarada e de várias maneiras na vida cotidiana. Assim, é preciso compreendê-la como um fenômeno social e não individual, uma vez que, a sociedade é mecanismo tanto de propagação da ideologia quanto para autonomia humana (CANTARES;

GUZZO, 2022). Desta forma, a violência se estrutura através do âmbito institucional, que abrange os aspectos políticos, econômicos, educacionais, culturais, étnico-racial, bem como o âmbito interpessoal, que envolve a família, relação doméstica, abuso físico, sexual, psicológico e moral (MOREIRA *et al.*, 2011).

Partindo desse pressuposto, existem diferentes facetas para a compreensão da violência contra as mulheres. Além de violar os direitos humanos, tal ato gera uma preocupação social, sendo um dos motivos de construção e propagação da cultura, bem como dificulta o desenvolvimento socioeconômico do país, visto que há um aumento nas custas dos serviços de saúde público em razão da alta procura de mulheres violentadas necessitando de atendimento (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013; NARVAZ; KOLLER, 2006).

1.2 Violência contra mulher: repercussões na saúde física e mental

De acordo com Narvaz e Koller (2006), a estrutura social em que as mulheres se encontram contribui para a dependência com seus parceiros íntimos, especialmente as que possuem uma posição socioeconômica precária e padrão de vivências familiares abusivas, além do estereótipo de gênero propagado através da cultura. O estigma pode ser um dos motivos pelos quais a mulher sofre a violência e não denuncia seu parceiro. Sente-se envergonhada, além de sofrer preconceito da sociedade e da própria família, podendo ser considerada culpada por se manter na relação (MOREIRA *et al.*, 2011).

Segundo Goffman (1998), o estigma se caracteriza através de uma característica considerada negativa perante a sociedade e que diferencia um sujeito do outro, excluindo-o de um grupo que poderia pertencer, bem como inferiorizando e categorizando esse indivíduo. Com base nisso, as mulheres que são violentadas pelos parceiros sentem medo de relatar o que sofrem para evitarem serem diminuídas e julgadas, esforçando-se para encobrir os abusos. Contudo, segundo Moreira *et al.* (2011) tal fato acarreta o agravamento do sofrimento psicológico, tendo em vista que, desconhecem ou não têm uma rede de apoio saudável.

A ausência de suporte familiar e comunitário pode tornar ainda mais desafiador romper com uma situação de violência, principalmente quando essas mulheres sofrem de carência afetiva e não possuem condições financeiras favoráveis, o que interfere na capacidade de lidar com situações complexas. Ademais, existe a exclusão social quando a mulher possui uma condição econômica desfavorável, cuja situação dificulta encontrar e fortalecer um suporte social (NARVAZ; KOLLER, 2006).

De acordo com Leite *et al.* (2018), frequentemente, a violência é acometida por parceiros íntimos com perfil parecidos, sendo eles dependentes químicos, com baixa escolaridade ou desempregados, bem como impulsivos, devido ao ciúme excessivo, concretizando a ideologia da cultura patriarcal. A partir disso, ocorre o chamado ciclo da violência doméstica, cuja relação é afetada por várias situações.

A primeira fase deste ciclo é marcada por insultos, intimidações, provocações, humilhações e xingamento, caracterizada por conflitos e tensão. Logo em seguida, o parceiro deprecia e inferioriza a mulher, além das ameaças de violência até de fato acontecer. Nessa fase, a mulher passa a ser uma figura passiva, tida como objeto e o homem como dominador. Este culpa a mulher pelo ocorrido e faz promessas de mudanças de comportamento e que a relação conjugal irá mudar. Entretanto, o ciclo recomeça após esta “lua de mel”, tendo em vista que não há o cumprimento do que foi prometido, tornando a relação um círculo vicioso (LUCENA *et al.*, 2016).

Tal violência ocorre de modo global e pode gerar danos graves à mulher. De acordo com Brito, Eulálio e Silva Júnior (2020), a violência afeta a mulher de modo a manifestar diversos sintomas e repercussões, podendo ser físicos, sociais e psicológicos. No que se refere ao âmbito físico, pode ocorrer contusões, fraturas, inflamações e hematomas no corpo. No aspecto social, destaca-se, isolamento, ocorrido pela vergonha e medo e, no que tange às repercussões psicológicas, destacam-se relatos de insônia, pesadelos, falta de concentração, sentimento de inferioridade, baixa autoestima, palpitações, quadro de depressão, crise de pânico, problemas digestivos, uso de álcool e drogas e tentativa de suicídio (BRITO; EULÁLIO; SILVA JÚNIOR, 2020; ROSA *et al.*, 2013; TEIXEIRA, PAIVA, 2021).

Apesar da severidade e amplitude das consequências, parte dessas mulheres não relatam as violências que sofreram e não buscam por ajuda (ROSA *et al.*, 2013; TEIXEIRA, PAIVA, 2021). A pressão social e cultural geralmente contribui para as mulheres permanecerem vivendo nessa situação a fim de manter a família unida. Conforme relatado por Souza e Rezende (2018), elas também continuam vivendo no lar violento por terem medo do parceiro íntimo não ser punido e tornar a agressão mais intensa. Além disso, são dependentes financeiramente e não possuem recursos para se manterem sozinhas, bem como por não acreditarem que existe outra perspectiva de vida.

Tal fato se agrava dificultando a independência para àquelas que não possuem experiências profissionais ou baixa escolaridade, considerando que a realidade profissional é exigente nesse aspecto. Outro fator que mantém o relacionamento, é a dependência emocional,

uma vez que, por se sentirem desvalorizadas e com baixa autoestima, acreditam que não são dignas de outros parceiros e, por isso, não querem viver na solidão (SOUZA; REZENDE, 2018).

1.3 A violência contra mulher no Cenário Brasileiro

Segundo dados da Central de Atendimento à Mulher, em 2019, o Brasil registrou um total de 85.412 denúncias, sendo 78,96% de violência doméstica; 4,35% de tentativa de feminicídio; 4,08% de violência moral e 3,81% referente a ameaças, sendo que, 55,47% foram perpetradas por cônjuges, namorados, atuais e ex-companheiros das vítimas (BRASIL, 2020).

No que diz respeito ao contexto pandêmico da Covid-19, com o isolamento social, a população passou a conviver exclusivamente no contexto familiar e doméstico. Sendo assim, em 2020, houve um crescimento significativo de 14,12% da violência contra mulher em comparativo com as estatísticas de 2019 nos meses de fevereiro, março e abril. Devido ao agravamento, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) propôs implementação de comitês para enfrentamento e, dessa forma, foi expandida a divulgação do Disque 180 e desenvolvido um aplicativo para atendimento das denúncias (BRASIL, 2020).

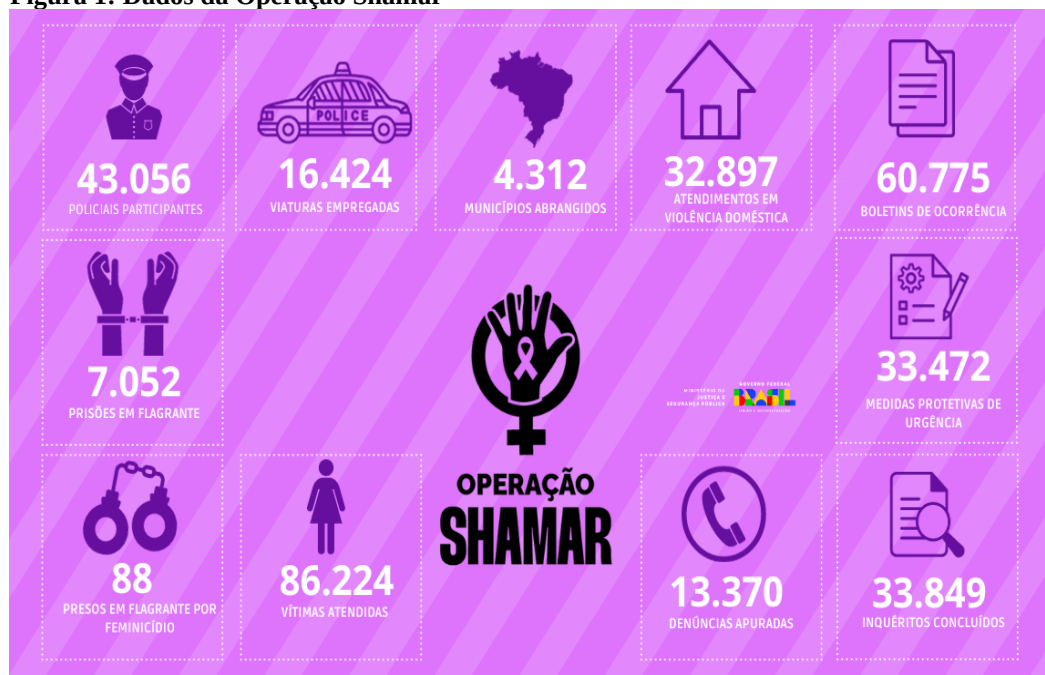
No ano de 2020, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos (MMFDH) relatou o recebimento de mais de 105 mil denúncias relacionadas à violência contra a mulher. Esses dados foram registrados por meio das plataformas de atendimento do Ligue 180 e do Disque 100, que desempenham um papel fundamental no recebimento de informações e denúncias sobre casos de violência contra mulheres no Brasil (BRASIL, 2022).

Destes dados obtidos, 72% são referentes a violência doméstica e familiar contra a mulher. Além disso, foi constatado que a maioria das vítimas são mulheres autodeclaradas como de cor parda, com idades entre 35 e 39 anos, ensino médio completo, com renda de até um salário-mínimo. Por outro lado, os suspeitos apontados nos relatos são predominantemente homens brancos, com idade entre 35 e 39 anos (BRASIL, 2022). Esses dados ressaltam um padrão preocupante de violência contra mulheres pertencentes a esse perfil específico, destacando a importância de abordar questões como gênero, raça e condições socioeconômicas no enfrentamento da violência (SOUZA; FARIAS, 2022).

O Ministério da Justiça e Segurança Pública (MJSP) atuou na operação denominada Operação Shamar, que ocorreu entre 21 de agosto e 15 de setembro, visando o combate à violência doméstica e contra mulher, bem como o feminicídio. Foram presos 8.484 pessoas –

sendo por flagrante ou mandado –, atendendo um total de 86.224 vítimas de violência e 37.919 medidas protetivas, além disso, também ocorreram 18.199 ações educativas de prevenção (BRASIL, 2023).

Figura 1: Dados da Operação Shamar



Fonte: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mj-sp-apresenta-balanco-de-operacao-contra-violencia-domestica-e-feminicidio-mais-de-85-mil-vitimas-atendidas-e-oito-mil-presos>

É importante destacar que a pandemia do COVID-19 trouxe impactos significativos na violência de gênero. Com o isolamento social e as medidas de restrição implementadas, muitas vítimas de violência podem ter encontrado dificuldades em buscar ajuda ou denunciar casos, devido ao convívio constante com seus agressores, o que consequentemente pode ter aumentado a subnotificação de casos de violência durante esse período, tornando suas vítimas mais vulneráveis e com menos acesso aos recursos e apoios (SOUZA; FARIAS, 2022).

1.4 Violência contra mulher: Âmbito jurídico e as políticas públicas

Embora o desenvolvimento de políticas públicas com enfoque nas mulheres seja moroso, o Estado está demonstrando maior interesse em considerar e acolher as propostas desenvolvidas pelos movimentos feministas e de mulheres. Isso se reflete na elaboração de leis destinadas a protegê-las contra violências e abusos, bem como na busca por uma participação mais ativa das mulheres nos âmbitos do poder público. No entanto, existem dificuldades que

surgem ao tentar implementar estratégias sólidas e abrangentes, devido à falta de conexão entre os movimentos, as representações femininas e o Estado (LIRA *et al.*, 2021; SOUSA; TAVARES; ROCHA, 2019).

Além disso, existem obstáculos relacionados à resistência às mudanças culturais, visto que a sociedade ainda é influenciada por considerações patriarcais de natureza sociopolítica, bem como argumentos religiosos. Por isso, para Sousa, Tavares e Rocha (2019) é necessário pressão constante provenientes dos movimentos feministas e das mulheres, a fim de que a garantia de seus direitos seja incorporada às futuras legislações e políticas públicas.

Ao longo da história, embora haja obstáculos conforme supracitado, as políticas têm sido desenvolvidas para eliminar ou minimizar o sofrimento das mulheres que enfrentam situações de violência (SOUZA; REZENDE, 2018). Um marco significativo foi a implementação da Lei n. 11.340 de 2006, conhecida como Lei Maria da Penha, que criou mecanismos para coibir a violência contra mulher, introduzindo medidas de assistência e proteção, bem como penas mais severas para os agressores (BRASIL, 2006).

Outra medida importante foi a Política Nacional de Enfrentamento à Violência Contra as Mulheres, que visa auxiliar mulheres em situações de violência por meio de programas nacionais, bem como ações envolvendo diferentes setores relacionados com a saúde, segurança pública, educação, justiça, assistência social, dentre outros. Tal política tem como objetivo promover medidas que combatem as desigualdades e discriminação relacionado ao gênero, garantindo um atendimento às mulheres que seja tanto qualificado quanto empático (BRASIL, 2011).

No que diz respeito à área da saúde, a Secretaria Nacional de Saúde divulgou a Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, a qual estabelece orientações para elevar a humanização e a qualidade dos serviços prestados às mulheres nas instituições de saúde (BRASIL, 2004). A partir disso, faz-se necessário enfatizar o papel do Sistema Único de Saúde (SUS), que tem como objetivo orientar e capacitar os profissionais a fim de promover, proteger, prestar assistência e auxiliar na recuperação da saúde das mulheres, considerando seus direitos com base na perspectiva de gênero e etnia. Ademais, o SUS deve ajudar as mulheres levando em consideração seu contexto sociocultural e suas particularidades, evitando qualquer forma de preconceito e exclusão (BRASIL, 2004; SOUZA; REZENDE, 2018).

Diversas outras legislações foram elaboradas nos últimos anos como forma de amparar a mulher que sofre de violência doméstica, como o Decreto nº 7.393 de 2010, que dispõe sobre a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 (BRASIL, 2010); o Decreto nº

13.505, de 2017, que acrescenta dispositivos à Lei Maria da Penha para dispor sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial e pericial especializado, ininterrupto e prestado, preferencialmente, por servidores do sexo feminino (BRASIL, 2017); o Decreto nº 9.586 de 2018, que Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica (BRASIL, 2018).

Recentemente, destacam-se também a Lei nº 14.188 de 2021, mas conhecida como Lei sinal vermelho contra a Violência Doméstica, que propõe estratégia para combater a violência doméstica e familiar dirigida às mulheres, modificando a forma de punição para casos de lesões corporais leves contra mulheres em razão de sua condição feminina, e introduzindo o crime de violência psicológica contra a mulher no código penal (BRASIL, 2021).

Tem-se ainda o decreto nº 11.431, de 8 de março de 2023, que Institui o Programa Mulher Viver sem Violência, com o objetivo de integrar e ampliar os serviços públicos existentes destinados às mulheres em situação de violência, por meio da articulação dos atendimentos especializados no âmbito da saúde, da segurança pública, da justiça, da rede socioassistencial e da promoção da autonomia financeira (BRASIL, 2023).

Ainda nesse aspecto, houve modificações no Código Penal Brasileiro com o intuito de ampliar o conjunto de ações consideradas inadequadas e, portanto, passíveis de criminalização. Ademais, faz-se necessário ressaltar as leis que abordam a separação do agressor da vida da vítima como resultado de curto prazo, como a Lei nº 13.894 de 2019, que torna possível romper vínculos, como o casamento, com o agressor após a apresentação de denúncia de violência (BRASIL, 2019).

Partindo de outra perspectiva, a Lei recentemente promulgada de nº 13.984 de 2020, estabelece um cenário propício para o desenvolvimento de comportamentos socialmente aceitáveis, mediante a implementação de programas de reabilitação, reeducação e suporte psicossocial aos agressores, as quais podem auxiliá-los na construção de relacionamentos equilibrados, contribuindo para reduzir a possibilidade de comportamentos indevidos (BRASIL, 2020).

Além das legislações, existem as redes especializadas em amparar as mulheres vítimas de violência, oferecendo apoio em vários âmbitos sociais. Exemplos disso, são as Delegacias Especializadas de Atendimento à Mulher (DEAM), que disponibilizam unidades de delegacias especializadas com foco no atendimento a mulheres que sofreram violência física, moral ou sexual (BRASIL, 1985).

Além disso, alguns municípios contam com os Centros de Referência às Mulheres Vítimas de Violência, os quais são centros de atendimento da mulher disponibilizando acolhimento, orientação e atendimento psicossocial, social e jurídico para mulheres que sofreram violência e, os Núcleos de Atendimento às Mulheres Vítimas de Violência que tem como objetivo oferecer assistência jurídica gratuita e atendimento especializado em casos mais complexos para mulheres vítimas de violência (BRASIL, 2008).

1.5 Papel da Psicologia e dos psicólogos junto à violência contra mulher

Com o intuito de amparar a população brasileira, atualmente existem diretrizes a fim de auxiliar a atuação e inserção da Psicologia nas demandas sociais, incluindo a violência contra as mulheres que se agrava cada dia mais. O Conselho Federal de Psicologia foi precursor das diretrizes e tem como objetivo supervisionar, orientar e disciplinar a atuação do psicólogo no território brasileiro.

A atuação profissional encontra respaldo no Código de Ética da Psicologia, que preconiza intervenções para a promoção da qualidade de vida e saúde, bem como para a erradicação da negligência, discriminação, violência, exploração, opressão e crueldade (CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2005). Com base nisso, originou-se uma instituição essencial para qualificação do profissional psicólogo, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas (CREPOP). Assim, foi possível a inserção da Psicologia na criação e atuação nas políticas públicas.

O papel desempenhado pela psicologia é crucial no processo de emancipação e autonomia das mulheres vítimas de violência, além da prevenção e a avaliação eficaz das intervenções (SOUZA; REZENDE, 2018). De acordo com Lima e Rodrigues (2021), a psicologia é essencial no combate à violência, pois dispõe de uma variedade de métodos para analisar diferentes aspectos das interações humanas e suas variações, compreendendo a complexidade que envolve a violência contra as mulheres.

O combate à violência implica na reestruturação do poder em relações desiguais. No âmbito dos serviços de saúde, assistência social e educação, essa reestruturação de poder deve considerar o contexto de vida das mulheres, que engloba não apenas aspectos geográficos, mas também fatores econômicos, políticos e culturais (SOUZA; REZENDE, 2018).

De acordo com Souza e Rezende (2018), o envolvimento da psicologia no contexto da violência contra a mulher abrange um sistema macro da sociedade, além da subjetividade de

cada vítima. O processo emancipação, sugere uma transformação na sociedade, em que os sistemas que perpetuam as desigualdades de gênero, como o machismo, o patriarcado e a misoginia, sejam superados, resultando na promoção da igualdade entre os gêneros. Já a busca pela autonomia representa uma forma de resistência e, por isso, é necessário a implementação de ações sociais.

Com o aumento dos casos da violência contra as mulheres, é exigido cada vez mais que os profissionais adquiram preparo e conhecimento aprofundados para fornecer uma assistência mais eficaz. Entretanto, infelizmente a falta de formação, preparação e treinamento adequados em relação aos aspectos da violência é uma lacuna nas disciplinas da área de saúde, o que dificulta para os profissionais estarem habilitados a oferecer atenção necessária às vítimas (SOUZA; REZENDE, 2018). Estudos também apontam para uma falha, ainda existente, na formação dos profissionais, que, por vezes, não contempla as especificidades da realidade social e necessidades da população brasileira (CANTARES; GUZZO, 2022).

Segundo Jardim e Paltrinieri (2022), a falta de clareza sobre esse fenômeno também se manifesta no âmbito institucional, onde se percebe a urgência de definir diretrizes e metas concretas para o atendimento dessa população. Isso implica a necessidade de identificar suas necessidades, planejar as ações, avaliá-las e dar a devida importância ao registro das informações sobre as atividades realizadas.

Partindo desse pressuposto, faz-se necessário desenvolver programas de intervenção que enfatizem a importância de avaliações detalhadas elaboradas por profissionais da Psicologia e da rede intersetorial. Estas devem ser mais abrangentes, com o propósito de identificar possíveis ameaças à integridade física, emocional e ao ambiente familiar das mulheres que recebem assistência. (LIMA; RODRIGUES, 2021).

Além disso, é preciso destacar as experiências passadas de violência das mulheres e elaborar estratégias específicas para melhorar as práticas de criação dos filhos a fim de não perpetuar esse fenômeno (LIMA; RODRIGUES, 2021). Para que isso ocorra, deve-se haver uma abordagem sensível e um acolhimento eficaz, bem como a constituição de equipes multidisciplinares capazes de facilitar a implementação de programas de assistência direcionados a mulheres nessa situação (JARDIM; PALTRINIERI, 2022).

Pode-se afirmar ainda que, é de responsabilidade do psicólogo auxiliar na desmistificação das crenças arraigadas que perpetuam a violência. Em muitos casos, isso significa ajudar a paciente a reconhecer que ela não merece sofrer agressões e que não é justo ou natural ser tratada de forma prejudicial pelo parceiro (SILVA; CAMPOS; REIS, 2020).

Ainda nesse aspecto, a questão da linguagem assume um papel crucial e é percebida como uma ferramenta fundamental no âmbito da atuação profissional, sendo o principal meio de comunicação e interação entre o profissional e a mulher em busca de assistência. (JARDIM; PALTRINIERI, 2022).

É importante ressaltar que o serviço de apoio psicológico representa apenas um passo na direção da redução dos casos de violência contra a mulher, uma vez que, a violência assume diversas formas. Nesse contexto, ao oferecer um ambiente de escuta especializado, a mulher pode experimentar uma sensação de acolhimento. Posteriormente, essa sensação pode levá-la ao empoderamento, permitindo que tome decisões significativas em sua vida. Isso, por sua vez, pode capacitá-la, se assim desejar, a superar a violência que enfrentou e a buscar novos rumos (AGUIAR, 2018).

Ademais, há uma lacuna na compreensão dos profissionais sobre a estruturação da rede, a coordenação entre instituições governamentais, não governamentais e a comunidade, bem como a identificação e encaminhamento apropriado de mulheres em situação de violência. Posto isto, é crucial que todos os profissionais envolvidos no primeiro contato com as vítimas estejam plenamente informados sobre o caminho a ser seguido a fim de orientar e prestar auxílio de forma mais assertiva (JARDIM; PALTRINIERI, 2022)

É importante ressaltar o contexto das delegacias especializadas no atendimento às mulheres (DEAM), uma vez que são lugares primordiais para oferecer auxílio e acolhimento para as vítimas de violência doméstica. A pressão de garantir atendimento a todas as mulheres que procuram as delegacias também cria obstáculos para que os (as) policiais cumpram adequadamente essa função. Há momentos em que prestar assistência às mulheres exige um grande investimento de tempo e controle emocional. Nesse sentido, fica evidente a relevância de incorporar psicólogos profissionais para trabalhar nas delegacias (AGUIAR, 2018).

O ato de registrar um boletim de ocorrência representa o primeiro passo decisivo para quebrar o ciclo da violência. A partir desse ponto, é crucial iniciar um processo de reconstrução da autoestima da vítima. É altamente recomendável que psicólogos(as) estejam presentes para oferecer apoio, ouvindo atentamente suas experiências dolorosas, ajudando-as a identificar e expressar suas emoções e sentimentos, avaliando o impacto do trauma que carregam por vezes ao longo de muitos anos. Isso também envolve a transformação das dores vivenciadas, de modo que, novas lembranças possam ser construídas, permitindo à vítima virar a página e escrever uma nova realidade em sua jornada de vida (SOUTO, WENDT *et al.*, 2021).

Portanto, é relevante destacar que o serviço de apoio psicológico desempenha um papel fundamental como um guia para as mulheres, pois através da humanização no atendimento às vítimas, são abordados temas que muitas vezes são negligenciados durante o processo de registro de ocorrência nas delegacias, uma vez que este se concentra principalmente nos aspectos objetivos do incidente, deixando de lado as questões mais subjetivas (AGUIAR, 2018). De acordo com Aguiar (2018), nesse contexto faz-se necessário adotar uma abordagem multidisciplinar. Portanto, considera-se que a presença do psicólogo na DEAM, em conjunto com outros profissionais especializados, como advogados e assistentes sociais, é a abordagem mais eficaz. Além disso, é de suma importância estabelecer uma interligação eficiente com outras instituições que também lidam com essa demanda.

Ainda nesse aspecto, as DEAM é um local onde as emoções estão à flor da pele e o enfrentamento das demandas que chegam à delegacia exige um suporte emocional, não apenas para as vítimas de violência, mas também para os profissionais que ali trabalham. Por isso, o apoio emocional para estes profissionais pode promover uma abordagem mais compassiva e melhorar o bem-estar das agentes, ressaltando assim a necessidade de cuidar daqueles que prestam assistência (SILVA; BINI, 2021).

Quanto ao campo da saúde, este requer transformações tanto na organização dos serviços quanto na abordagem empregada pelos profissionais, pois para se tornar evidente a fragilidade das mulheres, é preciso que estes profissionais se atentem e percebam as características de cada acontecimento e aspectos subjetivos presentes nas queixas, que frequentemente se repetem. Além disso, as concepções que cada profissional tem das mulheres que enfrentam situações de violência estão intrinsecamente relacionadas às suas próprias experiências no contexto de serviço de saúde. Assim, é fundamental compreender a visão dos profissionais de saúde sobre esse tema, a fim de facilitar a implementação de estratégias de prevenção e combate a essa realidade social (SOUZA; REZENDE, 2018).

Além disso, é imprescindível que a psicologia faça parte da equipe multidisciplinar para contribuir com os saberes técnicos no atendimento às mulheres em situações abusivas, fazendo com que seja ouvida e respeitada diante a sua singularidade. Assim, como resultado, haverá o aumento da discussão sobre a temática (CANTARES; GUZZO, 2022). Assim, o acolhimento psicológico faz-se necessário para que a vítima conquiste sua independência e desenvolva recursos para enfrentar conflitos e compreender seus direitos, que muitas vezes são desconhecidos. (ADAMES *et al.*, 2018).

2 JUSTIFICATIVA

A violência contra mulher é um problema de saúde pública mundial, que abarca múltiplos fatores sociais, culturais, histórico e subjetivos e expressa-se de diversas maneiras. As consequências deste tipo de violência envolvem impactos psicológicos e físicos, podendo levar à morte.

Este estudo visou contribuir com a atuação dos psicólogos e profissionais, tanto no sentido de refletir sobre as práticas de atendimento e cuidado das mulheres, quanto na criação de novas estratégias de intervenção e prevenção de violência.

A compreensão sobre a violência contra a mulher é imprescindível para estes profissionais saberem identificar as usuárias do serviço em situações abusivas, bem como auxiliá-las de forma efetiva e promover a autonomia, cuidado e garantia de direitos.

3 OBJETIVOS

O presente estudo teve como objetivo compreender as vivências de mulheres que foram vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo.

Os objetivos específicos foram:

Compreender as repercussões e impactos psicológicos da vivência da violência perpetrada pelo parceiro íntimo.

Verificar quais as estratégias de enfrentamento das mulheres diante da violência.

Mapear a existência de fatores de risco e de proteção na história familiar e pessoal das mulheres vítimas de violência.

Entender os aspectos envolvidos na vivência de permanência e rompimento da relação abusiva.

4 MÉTODO

Nesta seção serão abordados os aspectos relativos ao percurso metodológico que orientou o estudo.

4.1 Tipo de estudo

Trata-se de um estudo de caráter exploratório, descritivo, de corte transversal, amparado na abordagem qualitativa de pesquisa. De acordo com Bogdan e Biklen (1997), a metodologia qualitativa é aquela que busca uma melhor compreensão do comportamento e da experiência humana. Assim, por meio da investigação empírica, os pesquisadores qualitativos buscam entender o processo pelo qual as pessoas constroem e descrevem significados e, os dados recolhidos são denominados por qualitativos, ou seja, rico em pormenores descritivos relativos a pessoas, locais e conversas, privilegiando essencialmente, a compreensão dos comportamentos a partir das perspectivas dos sujeitos de investigação.

No que tange ao objetivo e período de seguimento do presente estudo, trata-se de um estudo descritivo, exploratório e transversal, que teve como objetivo, de modo geral, a descrição e compreensão da vivência de mulheres que sofreram violência perpetrada pelo parceiro íntimo, em que buscou-se identificar e analisar conceitos e ideias presentes nos discursos das participantes, procurando esclarecer os sentidos e significados envolvidos (GIL, 1991), a partir de um momento específico das suas trajetórias de vida, ainda que esse momento esteja inserido em um contexto mais amplo (POLIT; BECKER; HUNGLER, 2004).

4.2 Participantes

As participantes deste estudo foram escolhidas por critérios de conveniência, sendo contatadas a partir das redes pessoais de contato das pesquisadoras e por meio da técnica de “bola de neve”, em que participantes incluídas ou relacionadas com as pesquisadoras indicaram/sugeriram outros eventuais participantes. Assim, a partir de critérios de inclusão preestabelecidos, foram convidadas a participar do estudo: mulheres, com idade igual ou superior a 18 anos, que estiveram inseridas em um contexto em que sofreram violência perpetrada pelo parceiro íntimo, independentemente de ser relação estável legalizada. Não

houve restrição em termos de grau de escolaridade das participantes, do tipo de violência sofrida, da cidade em que residem e classificação econômica.

Foram excluídas do estudo mulheres nas quais a violência perpetrada pelo parceiro íntimo ainda está presente na dinâmica relacional. Ou seja, mulheres vítimas de violência em seu contexto atual.

Foram recrutados um total de cinco mulheres que foram vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo. Destaca-se que um aprofundamento da história de cada participante ficará evidenciado, posteriormente, na sessão de Resultados e Discussão.

4.3 Instrumentos

Os instrumentos utilizados para a coleta de dados foram:

Formulário de Dados Sociodemográficos: Trata-se de um formulário desenvolvido pelas pesquisadoras (Apêndice A) para caracterizar as participantes em relação a informações sociodemográficas como idade, cor, naturalidade, estado civil, situação ocupacional, dentre outros.

Roteiro de entrevista semiestruturado: trata-se de um instrumento elaborado pelas pesquisadoras a partir da literatura e considerando os objetivos deste estudo (Apêndice B). O roteiro foi aplicado individualmente com a participante.

Genograma: Trata-se de uma representação gráfica que mostra o desenho ou mapa da família. Tal instrumento representa o mapeamento gráfico da história e do padrão familiar, mostrando a estrutura básica, a demografia, o funcionamento e os relacionamentos da família, configurando-se como um gráfico sumário dos dados coletados e, explicitando a estrutura familiar ao longo de várias gerações e das etapas do ciclo de vida familiar (WENDT; CREPALDI, 2008).

De acordo com Wendt e Crepaldi (2008), a partir de extensa consulta à literatura sobre o tema, existem dez padrões de relacionamento que podem ser expostos nos genogramas, sendo estes:

O relacionamento harmônico: aquele no qual existe a experiência emocional de união entre dois ou mais membros familiares que nutrem sentimentos positivos um para com o outro. Nesse tipo de relacionamento existe a clara diferenciação dos membros entre si e com suas respectivas famílias de origem.

O relacionamento muito estreito ou superenvolvimento: diz respeito àqueles relacionamentos nos quais existe fusão e dependência emocional entre os membros familiares, ou seja, são aqueles relacionamentos nos quais não existe diferenciação entre seus membros.

O relacionamento fundido e conflitual: se caracteriza pela estreita dependência emocional e pela presença constante de conflitos entre os membros familiares, não havendo diferenciação entre os mesmos.

Aliança: relacionamento no qual existe uma ligação baseada nas lealdades invisíveis que interferem, também, no processo de diferenciação, porém em menor grau que o superenvolvimento.

O relacionamento conflituoso: caracteriza-se pelas relações nas quais há constantes atritos que podem gerar ansiedade e desavenças no meio familiar, dando origem a dificuldades de comunicação como desqualificações e desconfirmações do outro, podendo, em níveis extremos, atingir um nível de violência física.

O relacionamento vulnerável: diz respeito aos relacionamentos nos quais não há conflito explícito, mas que, apresentam risco de haver conflitos em condições adversas ou fases de transição.

O relacionamento distante: observado geralmente nas famílias desligadas, com fronteiras rígidas, em que o relacionamento entre os membros se caracteriza por pouco ou nenhum contato, sobretudo no que diz respeito a aspectos emocionais.

O rompimento: característico dos relacionamentos nos quais a ligação emocional entre os membros é mantida, ainda que não exista contato entre os membros.

A triangulação: configuração emocional de três pessoas, na qual existe uma pessoa dita “triangulada” que cumpre uma função periférica de regulação da tensão existente entre as outras duas.

A coalizão: aliança entre duas pessoas em detrimento de uma terceira.

As legendas do Genograma, desenvolvidas por Wendt e Crepaldi (2008) e utilizadas na elaboração do instrumento no presente estudo encontram-se no Anexo A.

4.4 Procedimento

A coleta e análise dos dados, seguiram as seguintes etapas:

4.4.1 Coleta de dados

A coleta de dados de Joana, Nina, Livia e Patricia foi realizada presencialmente. Enquanto, a coleta de dados com Maria Helena foi realizada de forma remota.

Assim, de acordo com a disponibilidade das participantes, estabeleceu-se a data e horário e local dos encontros que tiveram uma duração variável, entre uma e três horas. Os encontros presenciais foram realizados na casa das participantes, enquanto, o encontro remoto foi realizado via vídeo chamada.

Antes de iniciar a coleta de dados foi explicado a cada participante, de forma detalhada, a natureza e os objetivos do estudo, solicitando assim que eles assinassem o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (Apêndices C e D) para participação na pesquisa, em que constavam por escrito os objetivos, o método, a responsabilidade ética das pesquisadoras com os dados obtidos e a possibilidade de desistência da entrevistada a qualquer momento do processo de coleta de dados. Uma via deste termo foi disponibilizada a cada participante.

A ordem de aplicação dos instrumentos foi: Formulário de Dados Sociodemográficos; roteiro de entrevista semiestruturado e genograma. A aplicação dos instrumentos foi audiogravada mediante o consentimento das participantes e os registros foram transcritos na íntegra para posterior análise. Os registros audiogravados, juntamente com o material gráfico do Genograma, consistiram no *corpus* da pesquisa.

4.4.2 Tratamento e análise dos dados

Para a organização dos dados foram utilizados os procedimentos preconizados por Bardin (2002) e Minayo (2008) para análise de conteúdo temática. Conforme destacado anteriormente, as entrevistas, foram audiogravadas e, posteriormente, transcritas na íntegra, sendo que as transcrições foram submetidas à análise de conteúdo temática, permitindo destacar quatro principais eixos temáticos identificados nos relatos dos participantes: (a) Repercussões da violência na saúde mental; (b) A importância da rede de apoio familiar e comunitária; (c) A violência enquanto vivência transgeracional e, (d) A atuação dos profissionais da rede intersetorial no atendimento à mulher vítima de violência.

O Genograma foi aplicado e avaliado de acordo com as pautas e os procedimentos avaliativos propostos pela literatura, respectivamente por Wendt e Crepaldi (2008). Em seguida foi realizada a articulação de todos os dados obtidos por meio dos instrumentos.

A interpretação dos materiais obtidos foi pautada na literatura disponível sobre o tema. Faz-se importante a consideração de que as construções temáticas apresentadas nos resultados não esgotam, em absoluto, as possibilidades de olhar para os dados.

4.5 Aspectos éticos

Em relação às exigências éticas, o projeto do presente estudo foi enviado para Comitê de Ética em Pesquisa Barão de Mauá (CEPBM), obtendo aprovação sob o processo CAAE nº 68812323.0.0000.5378 (Anexo B). A execução do projeto foi amparada na Resolução nº 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde, que regulamenta a pesquisa envolvendo seres humanos (BRASIL, 2013).

A participação das mulheres foi voluntária, de modo que, antes do início da coleta dos dados, como já mencionado anteriormente, todas formalizaram sua anuência mediante a assinatura do termo do TCLE. Em relação ao material audiogravado, os registros serão armazenados por um período de cinco anos após a conclusão do presente estudo pela orientadora responsável, como forma de resguardar a privacidade do material e manter a identidade das participantes em sigilo, em atenção às disposições éticas vigentes.

5 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Os resultados do presente estudo serão apresentados em duas partes: primeiramente será realizada a caracterização das participantes, em termos de nome, idade, cor, escolaridade, duração da vivência da violência e uma breve contextualização de suas histórias de vida, compondo assim um eixo descritivo.

Posteriormente, serão apresentadas as análises conjuntas das falas das cinco participantes, de forma a expor as categorias temáticas destacadas a partir da análise dos discursos e vivências destas.

5.1 Eixo descritivo

Este eixo é composto pela caracterização das participantes e uma breve contextualização de suas histórias de vida, compondo assim um eixo descritivo.

5.1.1 Quem são as mulheres deste estudo? Uma breve apresentação e contextualização

A seguir, será apresentada uma tabela de caracterização das participantes do presente estudo:

Tabela 1: Caracterização das participantes em termos de idade, cor, escolaridade e duração da vivência de violência.

(Continua)

Nome	Idade	Cor	Escolaridade	Duração da vivência de violência
Joana	44	Branca	Ensino Médio Completo	18 anos e seis meses
Nina	38	Parda	Ensino Superior Completo	1 anos e 8 meses
Maria Helena	41	Branca	Ensino Superior Incompleto	18 anos

Tabela 1: Caracterização das participantes em termos de idade, cor, escolaridade e duração da vivência de violência.

(Conclusão)

Nome	Idade	Cor	Escolaridade	Duração da vivência de violência
Lívia	39	Parda	Ensino Médio Completo	11 anos
Patrícia	33	Negra	Ensino Fundamental Completo	3 anos

Fonte: Elaborada pelas autoras com base nas entrevistas.

Destaca-se que os nomes das participantes são fictícios para evitar a identificação e assegurar o direito ao sigilo e à confidencialidade das informações fornecidas. É possível observar que, em relação à cor, duas participantes são brancas, duas são pardas e uma negra, com faixa etária entre 33 e 44 anos. Em termos de escolaridade, somente uma participante tem ensino superior completo, uma com superior incompleto, duas com ensino médio completo e uma com ensino fundamental completo. A duração da vivência de violência variou de um ano e oito meses até mais de 18 anos.

5.1.2 Uma breve apresentação e contextualização das participantes.

Joana, 44 anos, vivenciou situação de violência por mais de 18 anos perpetrada pelo seu parceiro íntimo com quem viveu por 17 anos, além de mais um ano e três meses de casamento, totalizando 18 anos. No relacionamento anterior teve um filho, hoje com 27 anos, e dessa relação teve uma menina, hoje com 15 anos.

Ao longo do relacionamento sofreu violência psicológica, moral e patrimonial. Relatou que o seu ex-companheiro se aproximou dela quando estava em um período de depressão, realizando tratamento medicamentoso. “Tanto que ele falou uma palavra que me marcou tanto: Você quer ser feliz? Eu tô aqui. A felicidade bate uma vez só na porta. Eu falo sabe que não era a pessoa que queria pra mim” (sic). Seu relacionamento foi marcado por traições, afirmando que tentou largar diversas vezes “então, é ele mesmo, não vou encontrar outra pessoa” (sic). Joana tentou buscar ajuda com uma terapeuta, porém não foi como

esperado. “Eu falava: não, eu vim aqui porque eu quero ajuda pra sair desse relacionamento. O que ela fez? Me enfiou no relacionamento e casei” (sic). A entrevistada afirmou que se separou do seu parceiro íntimo três vezes ao longo dos anos.

Diante disso, a filha e a enteada da entrevistada tentaram alertá-la do relacionamento que vivenciava: “as duas falavam: Tia, você está em um relacionamento tóxico, em um relacionamento abusivo. Meu pai te manipula. Você só vai aonde ele quer. Só tem as pessoas que ele quer, você só vive o que ele quer” (sic). Hoje, Joana está separada há poucos meses. No primeiro momento, foi morar com seu filho e agora está morando sozinha em uma casa alugada, “gente, é sério, tem que ter uma força tão grande” (sic).

Nina vivenciou situação de violência por um ano e oito meses, a qual enfrentou violência física, psicológica, sexual, patrimonial e moral. A entrevistada relatou que não tinha rede de apoio, que seus familiares não sabiam a situação que vivenciara, “a relação com minha mãe era muito difícil [...] Ele (padrasto) batia muito na gente. Vivíamos como se fossemos refém dentro de casa” (sic).

Ainda, descreveu que aceitou casar-se, pois considerava que “pensei que tinha encontrado meu príncipe [...] vivendo um sonho”. No início do relacionamento, o seu companheiro a tratava muito bem, demonstrava carinho e afeição por ela, entretanto aos poucos a situação foi se agravando. Começou com uma agressão mais branda, como um tapa, em que na sequência recebia vários presentes como um pedido de desculpas. Então, a violência se intensificou, “cada vez mais pesado [...] brigava o tempo inteiro” (sic), ao ponto de “achei que fosse morrer” (sic). Para de fato interromper a violência, foi necessário auxílio policial.

Atualmente, Nina é casada e tem uma filha de nove anos com seu atual parceiro. O relacionamento de dez anos é descrito como saudável: “Minha filha não vai passar o que passei” (sic).

Maria Helena, 41 anos, vivenciou situação de violência por 18 anos perpetrada pelos seus companheiros. Como fruto destes relacionamentos ela teve quatro filhos, dois meninos, hoje com 29 anos e 28 anos e, duas meninas, hoje com 24 anos e 12 anos.

Durante o primeiro relacionamento sofreu violência psicológica. Referiu que as humilhações e xingamentos começaram após cinco anos de relacionamento, e a partir disso, parou de viver para ela, se dedicando cada vez mais para o casamento, tendo a esperança de que se fosse uma esposa melhor, seu companheiro iria perceber e melhorar seu comportamento. No entanto, esses comportamentos abusivos aumentaram, bem como traições, mas acreditava

que não conseguiria manter sua família sozinha e que seus filhos precisavam de um pai. Por isso, permaneceu no relacionamento por mais cinco anos.

Após dois anos do divórcio com seu primeiro companheiro, Maria Helena conheceu uma pessoa com quem se relacionou por quinze anos. Nesse segundo relacionamento, sofreu violência psicológica, patrimonial e física. A participante relatou que as violências começaram após um ano e meio de relacionamento. De início, seu ex companheiro a humilhava e xingava, depois, durante várias discussões, ele quebrava seu celular na tentativa de impedi-la de se comunicar. Houve também traições e quando ela começou a confrontá-lo dessas situações, seu ex-companheiro partiu para várias agressões físicas. A participante além de ter tido uma grande dependência emocional, sonhava em ter uma família completa, visto que nesse segundo relacionamento teve mais dois filhos.

O relacionamento terminou há cerca de um ano e meio, quando Maria Helena percebeu que não aguentava mais sofrer agressões e ser humilhada, além do fato de que na maioria das vezes seus filhos presenciavam tudo. Aqui, ela destacou que seus filhos são sua prioridade e que estão com problemas psicológicos.

Lívia, 39 anos, vivenciou situação de violência por 11 anos, perpetrada pelo seu companheiro com quem ela viveu em união estável por 12 anos. Como fruto deste relacionamento ela teve dois filhos, um menino, hoje com 11 anos e, uma menina, hoje com 9 anos.

Durante o relacionamento sofreu violência física, psicológica, patrimonial e moral. Referiu que as agressões começaram depois de cerca de três anos de relacionamento, destacando que, a tentativa de manter sua família e a esperança de mudanças por parte do companheiro foram os principais motivos que levaram a situação perdurar por 11 anos.

O relacionamento terminou há cerca de um ano, quando Lívia foi internada em um hospital psiquiátrico. Aqui, ela destacou que, apesar das diversas tentativas de separação, a internação psiquiátrica foi “a gota d’água” (sic). Enfatizou que foi o momento em que olhou para si mesma e se perguntou “Por que você deixou isso ir tão longe? Você não era louca, mas ele te deixou” (sic), apontando a internação como momento decisivo para sua separação.

Patrícia, 33 anos, vivenciou situação de violência por três anos, perpetrada pelo seu companheiro com quem ela residiu pouco mais de dois anos. Possui cinco filhos, frutos de seu primeiro relacionamento, que durou mais de 13 anos, sendo que dois adolescentes ficaram sob os cuidados do pai e três crianças ficaram sob seus cuidados, quando da separação. Sobre o primeiro relacionamento, referiu que conheceu o pai de seus filhos quando tinha 16 anos. Relatou que, ele era mais velho (cerca de 20 anos de diferença de idade) e que, apesar do afeto

sentido por ele, “sentia que era mais consideração do que amor” (sic). Assim, o relacionamento chegou ao fim de forma amigável.

Conheceu seu segundo companheiro após um ano de sua separação e foi residir com ele, levando seus três filhos mais novos. Relatou que, após poucos meses de relacionamento, as agressões psicológicas começaram e, em seguida, as agressões físicas e sexuais.

Relatou que, apesar das agressões, tinha esperança de que ele voltaria a ser o “homem carinhoso do começo” (sic), pois pela primeira vez em sua vida sabia o que era “amar um homem” (sic). No entanto, as agressões ficaram mais constantes e severas e, como forma de fugir da situação, começou a beber, até que, durante uma das agressões, o Conselho Tutelar e a polícia interviram e afastaram seus filhos de seus cuidados. Enfatizou que, nesta ocasião: “voltei a enxergar, parecia que eu estava cega com tudo que estava acontecendo comigo” (sic) e, então se separou.

5. 2 Categorias Temáticas

As análises conjuntas das vivências das cinco participantes serão apresentadas a partir de quatro categorias temáticas, sendo estas: (1) Repercussões da violência na saúde mental; (2) A importância da rede de apoio familiar e comunitária; (3) A violência enquanto vivência transgeracional, (4) A atuação dos profissionais da rede intersetorial no atendimento à mulher vítima de violência

5.2.1 Repercussões da violência na saúde mental

Em relação as repercussões da violência na saúde mental todas as participantes do estudo revelaram situações que desdobraram em problemas psicológicos, tanto durante, quanto após o rompimento do relacionamento abusivo.

Dentre as violências sofridas, a violência psicológica e o impacto desta foi bastante destacada pelas participantes. Maria Helena, Livia e Patrícia, ao detalharem suas vivências expressaram que gradativamente seus parceiros fizeram com que elas não se sentissem dignas de serem bem tratadas e valorizadas, as colocando como incapaz de ter uma vida melhor e até mesmo conseguir cuidar dos filhos:

Ele sempre me diminuía. Quando eu comecei a fazer faculdade e ele me desmerecia falando que eu comprei a vaga e que não tinha capacidade e as vezes que eu falava que queria me separar, ele dizia que eu ia morrer sozinha, porque ninguém iria querer uma mulher com dois filhos (Maria Helena, 41 anos).

Quando eu conto hoje, parece que não eu estava lá, que era um pesadelo que eu não percebia o que ele estava fazendo sabe. Toda vez que eu acordava e tomava a decisão de me separar ele me convencia de que eu não ia dar conta. Que ninguém ia querer uma mulher louca e com dois filhos. Uma mulher que não trabalhava. Ele me dizia que sem ele eu não era nada. E você acredita que com o tempo eu passei a achar que ele estava certo? Quem ia querer uma mulher louca e com dois filhos? (Lívia, 39 anos).

As agressões psicológicas começaram primeiro sabe. Ele me ofendia. Falava que eu não tinha do que reclamar, que ninguém ia querer uma mulher que teve cinco filhos com um velho. Ele falava que eu tinha que agradecer que ele aceitava meus filhos ficarem ali, comendo da comida dele. Falava que eu ia ficar na sargenta sem ele. E eu acreditava nele. E aceitava tudo isso (Patrícia, 33 anos).

A violência psicológica afeta emocionalmente a autoestima das mulheres, sendo marcada por humilhação e insultos constantes (BRASIL, 2006), como destacados nas falas. Com isso, as participantes passaram a acreditar que eram incapazes e que não conseguiriam viver sozinhas, mantendo-se nesse relacionamento para tentar dar uma família e estabilidade a seus filhos.

Souza e Rezende (2018) destacam que pelo fato de se sentirem desvalorizadas e com baixa autoestima, as mulheres acreditam na ideia de que não são dignas de encontrar outros parceiros, acreditando que não são admiráveis e que não conseguirão reconstruir suas vidas.

Maria Helena e Nina, em seus relatos, também trouxeram vivências de violência psicológica, principalmente marcada pelos ciúmes dos companheiros. Maria Helena relatou que seu parceiro controlava seu comportamento e fazia ameaças, fatos estes representados nas falas “ele tinha um ciúme absurdo, e quando ele bebia ficava mais agressivo, ele era muito possessivo, ficava me intimando, ele tinha uma arma e ficava me perguntando se eu não tinha medo dele fazer alguma coisa comigo”.

A participante Nina, por sua vez, revelou que o parceiro íntimo também tinha ciúmes excessivo dela, não deixando-a sair de casa sem estar acompanhada por ele ou pelo motorista e, quando saía sozinha era insultada, intimidada e humilhada por ele.

Esse padrão comportamental valida o que foi exposto por Leite *et al.* (2018), no qual os parceiros íntimos que cometem a violência possuem perfis parecidos, sendo eles alcoólatras, desempregados, baixa escolaridade e/ou apresentam problemas de impulsividade devido ao ciúme excessivo.

A participante Maria Helena relatou ainda que “terminei o relacionamento porque descobri que ele estava me traindo com a ex-mulher”, mas que, ao confrontá-lo pela situação “ele colocava a culpa em mim, falando que via coisa onde não tinha”. Tal situação, também foi apontada no estudo de Leite *et al.* (2018), que enfatizaram que, o comportamento de traição, por vezes, é aceitável entre os homens, devido a ideologia da cultura patriarcal e, quando confrontados, eles atribuem à mulher o motivo desta situação, como se ela fosse a provocadora e culpada da traição.

Lucena *et al.* (2016) também retrataram em seu estudo o chamado ciclo da violência doméstica, marcado pelo aumento da tensão (insultos, provocações, humilhação), ato de violência (manifestação da violência em suas diversas formas) e lua de mel (momento em que o homem se diz arrependido e promete mudanças).

Tal ciclo foi ilustrado nas falas das participantes.

Ele me xingava, humilhava, quebrava meu celular quando confrontava sobre traições ou quando queria pedir ajudar, além de me agredir fisicamente. Eu chorava muito, me sentia impotente. Após as agressões ele jogava a culpa em mim falando olha o que você provoca em mim, é a única forma de fazer você calar, porque você não fica quieta e depois da explosão dele, ele vinha me abraçando, falava que me amava, que isso era excesso de cuidado. (Maria Helena, 41 anos).

Ele já chegava em casa nervoso e aí começava a reclamação, ele me xingava e eu tentava entender o que estava acontecendo. Quanto mais eu perguntava, mais ele ficava nervoso e xingava. Aí vinha a agressão, ele me empurrava, colocava o dedo na minha cara e dizia que eu era um nada. Depois de tudo, de tudo mesmo, ele pedia desculpas, dizia que não vivia sem mim e que iria mudar. E eu? Eu acreditava e dava mais uma chance. Mas ele não mudava não, só alguns dias (Lívia, 29 anos).

Ele xingava, batia e depois pedia desculpa. Falava que estava de cabeça quente e que eu provocava ele. Ele fazia eu acreditar que tinha apanhado porque falei demais. E aí ele dizia que merecia outra chance e ficava uns dias carinhoso e fazendo de tudo para me agradar. Só que depois, depois tudo acontecia de novo. E eu apanhava cada vez mais (Patrícia, 33 anos)

Nina relatou que, quando era violentada, sendo de forma física, psicológica ou sexual, o parceiro lhe agradava com presentes caros e viagens, afirmando que iria mudar seu comportamento agressivo.

Como é possível observar na fala das participantes, a vivência da violência caracterizava-se por ser um ciclo, que se repetiu diversas e diversas vezes, tendo em vista que essas promessas não eram cumpridas. Aqui, Maria Helena chegou a enfatizar o quanto se sentia confusa com este ciclo: “achava que ele queria me ajudar e não entendia o porquê dele fazer isso, achava tudo muito confuso”.

Acerca dos motivos para a vivência repetida deste ciclo, Maria Helena e Livia enfatizaram o desejo de dar aos filhos uma família unida, com a presença de ambos os pais, sentindo-se culpadas com a possibilidade de não o conseguir:

Eu achava que já que eu não dei certo com o meu ex, esse relacionamento era uma tentativa de dar um lar para as crianças. Quis insistir nesse relacionamento para dar uma família para os meus filhos, e isso colaborou muito para que eu fechasse os olhos e aceitasse as violências. O que pesa para mim é que não fui capaz de manter a família unida. Hoje vejo o quanto eles foram prejudicados (Maria Helena, 41 anos).

Eu queria que meus filhos tivessem uma família unida. Uma família que eu sonhava sabe. Quando você passa por isso, você não pensa que isso faz mal para os seus filhos também. Você pensa que eles precisam dos pais junto e aí você vai tentando, tentando, até ver que eles também vivem um inferno. (Livia, 29 anos).

As falas de Maria Helena e Livia corroboram com os achados do estudo de Souza e Rezende (2018), em que foi ressaltado que existe uma pressão social e cultural referente a relacionamentos que contribui para as mulheres continuarem vivendo em situações de violências na tentativa de manter a família unida acima de tudo, além de fazerem acreditar que não existe outra perspectiva de vida.

Joana, Livia e Patrícia apontaram como consequência da vivência da violência o surgimento de sintomas ansiosos, depressivos e ideias suicidas.

Eu tive crises, né. Crises de depressão... Ansiedade. Tomava medicamento. Quando tive mesmo uma crise muito forte e tive que parar no hospital, me deram dipirona e me mandaram pra casa [...]. Nossa, completamente incapaz. Sinceramente me deu vontade de desistir. [...] Não vai mais passar por isso não, mas faltava a última sessão da terapia. Eu tive... Me deu vontade de falar pra ele: “cuida da nossa filha, pra mim já deu”. Chorei... Liguei pra minha mãe e chorei, chorei e chorei. (Joana, 44 anos).

A cada dia que passava eu sentia que estava perdendo o controle, o controle do que eu pensava, do que eu sentia, o controle da minha cabeça. Foi aos poucos, gotinha por gotinha. Eu perdi o sono, a fome, comecei a esquecer as coisas, me sentia deprimida. E aí comecei a tomar remédios e fazer tratamento. Cada dia eu pensava mais e tinha mais vontade de acabar com tudo aquilo, de dar um basta, mas aí pensava nos meus filhos. E ficava ali, me enchia de remédios para dar conta de viver aquilo tudo (Livia, 39 anos).

Eu comecei a beber né. Eu sentia que precisava fugir de tudo. Queria não sentir. Não sentir aquela tristeza, aquele medo. Queria matar o que tava me matando. Aí eu bebia. Cheguei a pensar em tirar a minha vida. Eu fui no médico. Aí pensei em acabar com tudo. Mas pensei nos meus filhos. (Patrícia, 33 anos).

Livia relatou ainda um episódio de tentativa de suicídio, episódio este que ela significa como o divisor de águas em sua vida, haja vista que após tal situação ela rompeu o relacionamento abusivo de 11 anos:

Até que um dia, depois de uma agressão física eu perdi as forças e tentei me matar. Eu tomei remédio. Eu tomei tudo que tinha de remédio. Eu já fazia tratamento psiquiátrico depois que tive minha menina. Então já tomava né. Eu tinha abandonado o tratamento e voltei. Aí pensava em tomar todos os remédios. E um dia eu tomei. Foi depois que ele deu um murro em mim e meu filho tentou me defender. Depois disso, meu filho saiu correndo de casa, gritando que não queria mais morar lá. Aí eu não dei conta e tomei. Fiquei internada mais de 40 dias (Lívia, 39 anos).

Ficava e fico pensando o que tem de errado comigo?. Fui traída várias vezes e em diferentes relacionamentos, creio que não sou boa o suficiente. Ainda hoje, quando ele me liga para falar algo, só de saber que é ele me dá uma crise de ansiedade e ouvir ele me faz ficar desestabilizada, eu perco o rumo. Hoje todos os meus filhos precisam passar por terapia para lidar com tudo o que aconteceu e eu sei que preciso me curar emocionalmente tanto para poder ajudá-los nessa jornada quanto para eu conseguir seguir em frente e ser feliz novamente sem pensar no mal que meu ex me causou (Maria Helena, 41 anos).

Joana, por sua vez, revelou que, após o término com o parceiro, teve um declínio considerável da sua autoestima, atribuindo a si aspectos negativos que refletiam na sua saúde, como “Me olhava no espelho me sentia feia, gorda.”

É possível identificar que as participantes tiveram dificuldades significativas, implicando no uso de medicamentos e até mesmo internação psiquiátrica, como no caso de Lívia, durante a vivência de violência. E que, as repercussões psicológicas da violência ainda se fazem presentes na vida das participantes.

Tais vivências corroboram com os estudos de Brito, Eulálio e Silva Junior (2020) e Rosa *et al.* (2003) que afirmam que a violência pode ocasionar danos graves a mulher, sendo um deles, problemas psicológicos, com manifestação de sentimentos de inferioridade, baixa autoestima, quadro depressivo, insônia entre outros.

5.2.2 A importância da rede de apoio familiar e comunitária

Em seus relatos, as participantes apontaram vivências em relação às suas redes de apoios familiares e comunitárias. Assim, algumas mulheres revelaram a presença de uma rede de apoio fortalecida, enquanto, outras, revelaram uma fragilização de vínculos familiares decorrente do relacionamento abusivo.

Joana revelou que durante a vivência de violência, rompeu e reatou o relacionamento por diversas vezes, descrevendo que a família lhe apoiava sempre, independente das suas decisões: “A minha mãe, meu filho... Minha família. Minha família sempre me apoiou. Sempre!! [...] Me apoiaram quando queria volta e quando eu... eu queria largar. Sempre!!”.

Conforme Moreira *et al.* (2011), a rede de apoio saudável favorece para não agravar o sofrimento psicológico da mulher vítima de violência pelo parceiro íntimo. Em seu relato, Joana afirma a presença desta rede de apoio, ainda que sua descrição não tenha deixado claro o quanto sua família tinha ciência sobre as violências sofridas, haja vista que ela afirmou que eles apoiavam em qualquer decisão, inclusive nos momentos em que reagiu.

Maria Helena, por sua vez, relatou que, não podia contar com sua família, pois tinha medo do que eles poderiam fazer com seus ex-companheiros: “meu pai trabalhava na polícia e ele falava que se o meu ex-marido me batesse ele ia matar ele, não tinha nada a perder, então não podia contar nada para evitar piores situações”.

Revelou ainda que, quando saiu de casa em uma certa ocasião, teve que morar um tempo com sua mãe, mas foi criticada ao invés de receber apoio:

Na primeira vez que sai de casa grávida do meu último filho, fui morar com a minha mãe e irmão. Se eu falasse para minha família que ele me bate e mesmo assim continuo com ele, eles vão falar que sou culpada por continuar nesse relacionamento. (Maria Helena, 41 anos).

O sentimento Maria Helena corrobora com os achados do estudo de Moreira *et al.*, (2011), que apontaram que as mulheres que sofrem violência, além de se sentirem envergonhadas, sofrem preconceito tanto da sociedade quanto da sua própria família, fazendo com que sejam consideradas culpadas por continuarem a relação e não compreendem o que de fato acontece.

Ainda nesse aspecto, de acordo com Narvaz e Koller (2006) e Gomes *et al.* (2015) a ausência de suporte familiar interfere na decisão de romper com o relacionamento abusivo, o que foi identificado na fala Maria Helena: “A família veio falando óh eu te avisei que não ia dar certo, era mais crítica do que apoio. Então eu voltei com ele depois de ter tentado romper pela primeira vez”

Nina não só mencionou a falta de apoio familiar “eu não tinha apoio familiar”, como relatou que durante a vivência de violência fazia de tudo para que as pessoas percebessem que ela estava precisando de ajuda “comecei a fazer de tudo pras pessoas ver que tinha alguma coisa errada”, mas que não os obteve, pois as pessoas pareciam não perceber seu sofrimento.

Essa vivência de invisibilidade, foi apontada Cantares e Guzzo (2022) em seu estudo, quando mencionaram que a violência se configura de acordo com as estruturas sociais e são praticadas de forma mascarada, de várias maneiras na vida cotidiana e que esse fenômeno deve ser entendido no seu aspecto social e não individual. Por isso, a sociedade precisa se

preocupar com as situações de violência, sendo esta uma forma de promover emancipação dessas mulheres que, em sua grande maioria, não possuem rede de apoio ou não possuem coragem de denunciar.

Lívia e Patrícia, por sua vez, relataram uma fragilização de vínculos familiares e comunitários, decorrente da vivência de violência. Destacaram que inicialmente os seus companheiros foram lhe afastando de familiares e amigos e, que, com o passar do tempo, estas pessoas não mais participavam de suas vidas e lhes cobravam em relação a este distanciamento.

No começo, quando eu falava que ia na casa de alguém, uma amiga, minha família, ele inventava uma coisa e falava que queria ficar junto, só nós dois. Depois, o tempo foi passando e ele não dava mais essa desculpa não, ele me proibia mesmo. Ameaçava que se eu fosse ia me bater, que ia falar para minha família que eu não prestava. Aí, quando eu vi, ninguém mais nem me chamava para nada, porque eu não ia né (Lívia, 39 anos).

Ah, ele proibia né. Ele falava que eu era a família e a amiga dele. Quando eu insistia, ele falava que devia tá atrás de outro, por isso que queria tanto sair. Ai a gente vai evitando sair para não ter falação e quando vê, você já se afastou de todo mundo e todo mundo já se afastou de você. Todo mundo já desistiu de você né, porque tinha amiga que me falava que não tentava me ajudar porque no final eu voltava pra ele (Patrícia, 33 anos).

No que tange aos vínculos comunitários, Maria Helena apontou que, durante a vivência de violência, teve apoio fora do contexto familiar, ou seja, de uma amiga:

Tinha minha comadre, me ajudava desde o início da minha última gestação, tanto dando apoio pessoal quanto financeiramente, então eu contava muito com ela para tudo e aí eu não me sentia tão sozinha sabe, porque podia contar as coisas e ela não me julgava.

Tanto Lívia, quanto Patrícia, apontaram os serviços de saúde e de assistência quanto sua rede de apoio, tanto no momento da separação do companheiro, quanto atualmente. Ambas também revelaram um processo gradativo de resgate dos vínculos com a família e amigos e a construção de novos vínculos pós rompimento do relacionamento abusivo:

O pessoal da saúde mental, da internação, me apoiaram muito sabe. Me apoiaram quando eu estava me separando e me apoiam ainda hoje. Quando a coisa aperta eu corro lá. Eles falam que posso contar com eles e isso me ajudou não só naquele momento em que estava perdida, quanto me ajuda agora, me ajuda a me manter firme na decisão de não passar mais por isso. Eles também me incentivam a fazer amigos, a me reaproximar da minha família. Isso é bom né. Eu to fazendo aos poucos. Um passo de cada vez, como diz a psicóloga (Lívia, 39 anos).

Quando a situação fugiu do controle, tiraram meus filhos de mim sabe. Tudo errado na minha vida, eu apanhava e bebia demais e eles viam tudo. Aí a moça do abrigo me ajudou muito. Ela me ajudou muito. Me ajudou a ver que eu tenho uma vida pela

frente, que eu consigo cuidar dos meus filhos. Me ajudou a me aproximar da minha família, dos meus filhos mais velhos e vive falando que sou jovem e bonita (risos) e mereço reconstruir minha vida né. E eu tô tentando. (Patrícia, 33 anos).

As redes de apoio vêm sendo estudadas por diferentes áreas do conhecimento, sendo colocadas como as principais fontes de proteção e de resiliência individual, familiar e comunitária, permitindo enfrentamento e superação de momentos de crise (JULIANO; YUNES, 2014). Conforme Bowlby (1988), uma rede de apoio social e afetiva eficiente está associada à prevenção de violência e ao fortalecimento de competências, bem como do senso de pertencimento e da maior qualidade dos relacionamentos e, na ausência desta rede, pode-se verificar o aumento da vulnerabilidade das pessoas frente a uma situação de risco.

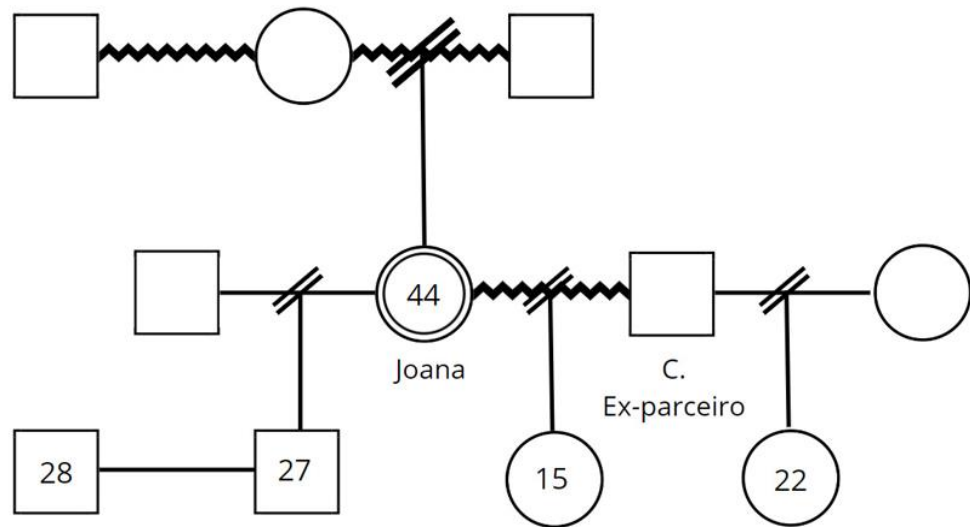
De modo geral, as falas das participantes corroboram com estes estudos, haja vista que, quando fortalecidas, as redes de apoio contribuíram não só nas decisões quanto na superação da situação de violência. A fragilização destas redes, seja em decorrência de um afastamento, seja na ausência de apoio quando necessário, também se apresentou como fator de risco que contribuiu para manutenção da vivência de violência.

5.2.3 A violência enquanto vivência transgeracional

Ao construir os genogramas das participantes observou-se a transgeracionalidade da violência. As cinco participantes afirmaram que suas mães sofreram violência pelo parceiro e/ou ex-parceiro e que mesmo se separando de seus pais biológicos abusivos, engataram relacionamento com outros parceiros abusivos.

Deste modo, os genogramas das participantes serão apresentados, juntamente com a descrições dos relacionamentos familiares, facilitando assim a compreensão da análise da transgeracionalidade.

Figura 1. Genograma da participante Joana.

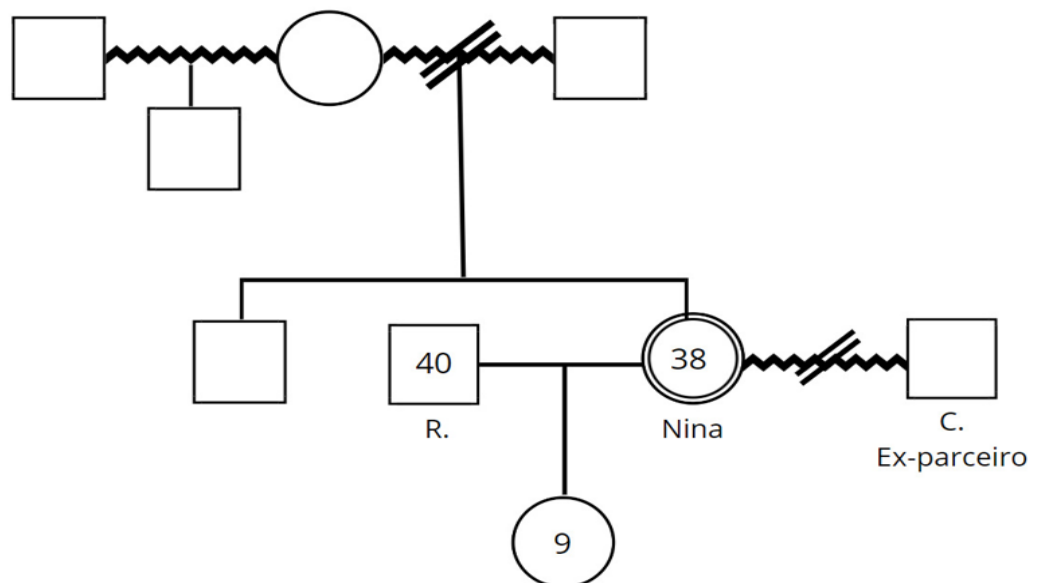


Fonte: Autoria própria.

Joana relatou que sua mãe teve relacionamento violento tanto com seu pai quanto com seu padrasto:

Quando tinha cinco anos, meu pai, acho que bateu na minha mãe ou brigou com minha mãe e foi embora de casa. E em outro momento, quando voltaram a ficar juntos, teve uma lembrança marcante de outra discussão. Meu pai chegou do serviço, não sei qual foi a discussão... [...] minha mãe tinha feito o almoço, ele pegou e jogou tudo no quintal. Tenho essa lembrança, eu e meu irmão fomos catar a comida, fomos guardar para não ficar sem”.

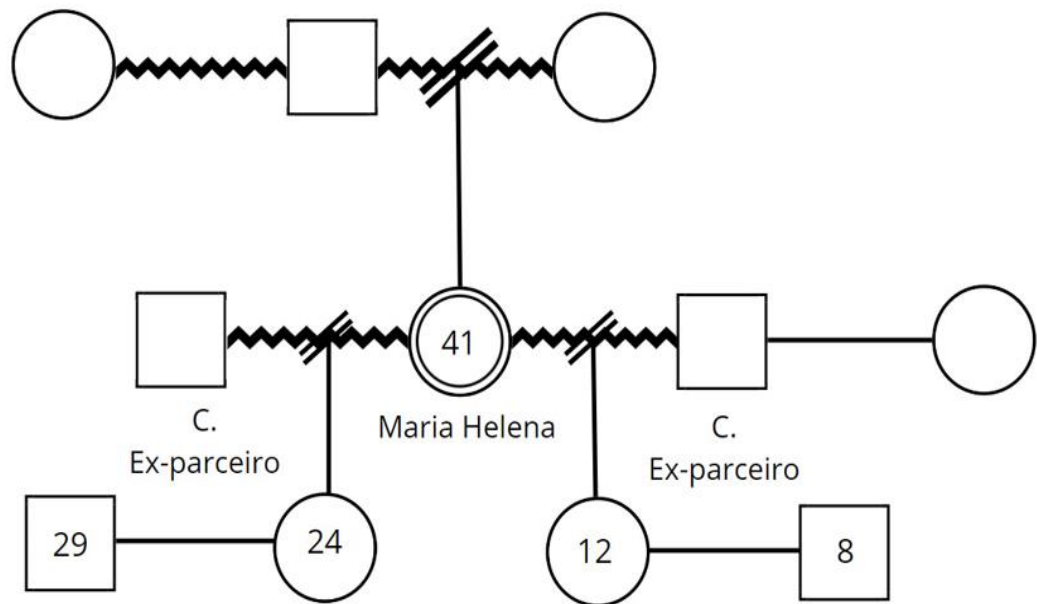
Figura 2. Genograma da participante Nina.



Fonte: Autoria própria.

Nina relatou situações de agressões físicas e sexuais do seu pai em relação a sua mãe, bem como, por parte do seu padrasto, que agredia fisicamente sua mãe, ela e seu irmão: “ele (padrasto) batia muito na gente, surras de não conseguir nem colocar a roupa, sentar na carteira da escola [...] ele era bem agressivo, principalmente, quando bebia”.

Figura 3. Genograma da participante Maria Helena.



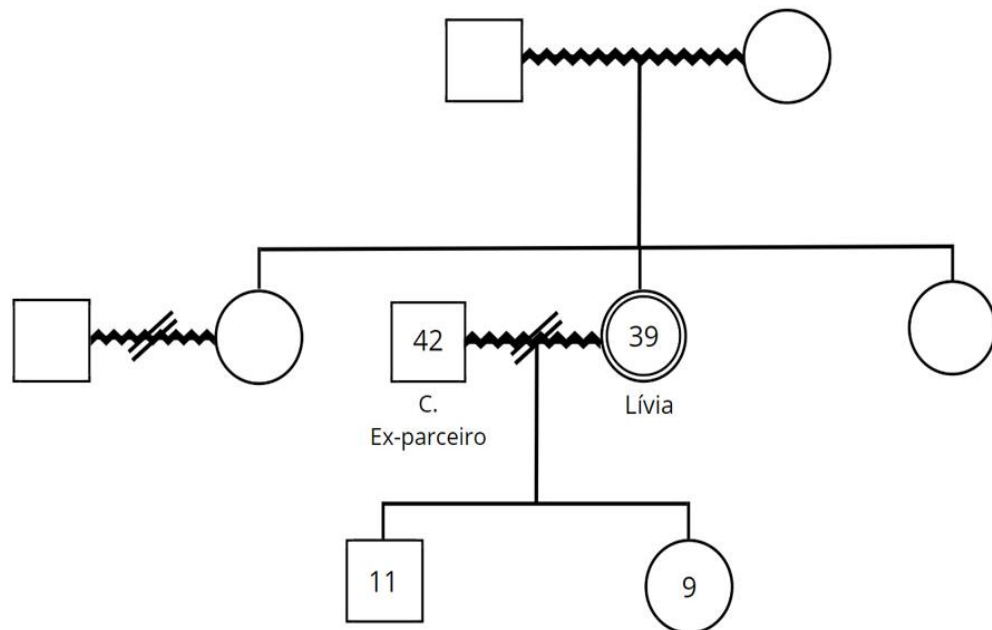
Fonte: Autoria própria.

Maria Helena relatou que seu pai era um homem muito rígido, impulsivo, machista, bem como agredia e traía sua mãe:

[...] minha mãe foi questioná-lo sobre uma situação e ele deu um tapa no rosto dela [...]. Meu pai traiu minha mãe na faculdade em outra cidade, e o pior que minha mãe viu. Após isso, ela entrou em uma depressão profunda e até mesmo tentou suicídio. Meu pai distratava minha mãe, xingava ela porque a casa estava suja, porém tinha sido limpa naquele dia. Ele deixava minha mãe de lado, ignorava ela e ia dançar com outras moças”.

Meu pai aprontava muito, minha mãe era muito submissa, ela não podia varrer a calçada, não podia trabalhar fora. [...] minha mãe era mais escrava dele do que tudo, ela era muito submissa, nunca o questionava. Achava que ela foi criada para servir o homem.

Figura 4. Genograma da participante Livia.



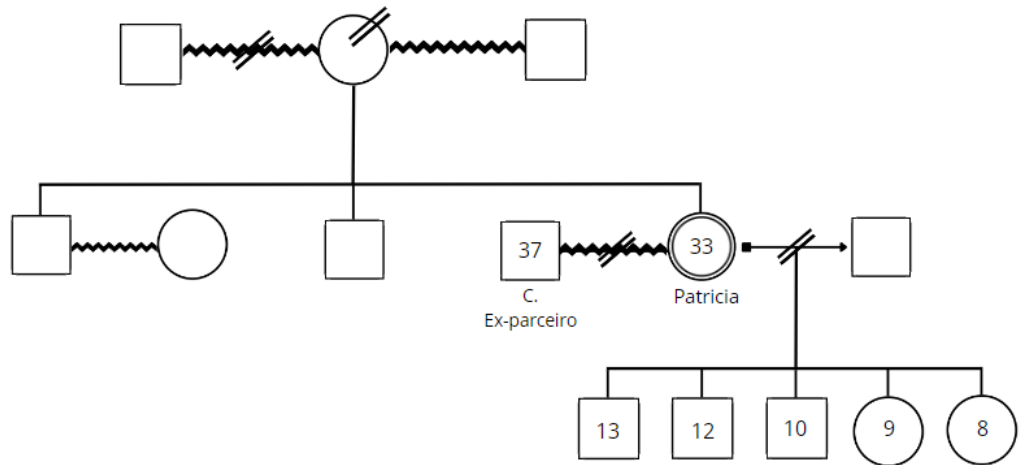
Fonte: Autoria própria.

Livia recordou uma situação em que presenciou sua mãe sendo agredida fisicamente e destacou que, tanto ela, quanto as irmãs, também ouviam as agressões sexuais:

Eu me lembro como se fosse hoje. Ele chegou, minha mãe questionou se ele havia comprado o gás. Ele pegou uma panela e jogou para cima dela, falando que se ela quisesse, que cozinhasse em uma fogueira. Aí ele quebrou tudo, tudo da cozinha. Minha mãe gritava para gente sair dali e tentava se defender, mas ele dava murro nela. [...]. Mas o pior, o pior era ouvir a noite. Ele não aceitava não sabe. Ele forçava ela a ter relação com ele. Eu tampava os ouvidos, mas eu ouvia. Ela sofreu demais.

Além do relacionamento de seus pais, enfatizou que sua irmã mais velha também viveu um relacionamento conflituoso, permeado por agressões físicas e psicológicas. No entanto, destacou que a irmã conseguiu romper este ciclo mais rápido do que ela, tendo se separado após pouco mais de um ano de relacionamento.

Figura 5. Genograma da participante Patrícia.



Fonte: Autoria própria.

Patrícia enfatizou que apesar de não ter conhecido seu pai, recorda-se que todos os relacionamentos de sua mãe foram conturbados, permeados agressões físicas e psicológicas, que envolviam também ela e seus irmãos. Relatou ainda que seu irmão mais velho também vive um relacionamento conflituoso, agredindo fisicamente sua esposa.

Não conheci meu pai. Ele não me registrou. Foi um relacionamento dela que foi rápido. Mas morei com ela até 16 anos e me lembro bem deles. Dois foram mais rápidos e um durou até ela morrer, mas ela apanhava de todos eles. Teve um, que batia na gente também. Ele bebia e quebrava tudo, batia na gente, xingava a gente e não deixava a gente comer o que ele comprava. [...]. Meu irmão também, ele viveu tudo isso e não adiantou nada, ele bate na esposa. Viu nossa mãe apanha a vida toda e bate em mulher. Que tristeza né.

A transgeracionalidade da violência, revelada na vivência das mulheres deste estudo, é estudada por diversos autores. Para Marasca, Colossi e Falcke (2013), possuir um histórico familiar de violência conjugal é um fator predisponente para quem vivenciou como vítima ou testemunha, podendo ser um fator de risco para futuros envolvimento em relacionamentos abusivos e violentos na vida adulta. Viver em um lar presenciando comportamentos machistas e violentos na infância por parte da pessoa que tem o papel de lhe ensinar a viver e ser exemplo, pode contribuir para que a pessoa inconscientemente repita estas vivências, gerando assim a transgeracionalidade da violência em um ambiente que deveria ser de afetividade.

Apesar da observação da transgeracionalidade da violência na história familiar das participantes, duas participantes destacaram uma vivência atual em que buscam a não repetição destes padrões.

Nina declarou que tem uma relação saudável com seu atual parceiro e que quer ser um exemplo para sua filha: “Minha filha não vai passar o que passei”.

Lívia também destacou um desejo de um relacionamento futuro pautado no respeito e afetividade, visando o bem-estar de seus filhos e a não repetição das vivências de violência.

Eu estou bem com meus filhos, estamos em paz e isso que eles merecem. Não quero que eles vivam tudo aquilo de novo e nem que sejam como eu e o pai deles. Não quero que minha filha apanhe e que meu filho bata na mulher dele. Então, quero que isso pare por aqui. É isso que quero passar para eles. Uma chance de ser diferente né. E só aceito alguém de novo na minha vida se for pra ser assim.

Ainda que o estudo da transmissão psíquica não esteja definido entre os objetivos desta investigação, trata-se de um conceito que permeia a parentalidade e conjugalidade e contribui, por exemplo, para a compreensão de que modo o modelo de família introjetado pode influenciar a construção e o exercício de conjugalidade e parentalidade.

Alguns estudos levaram à formulação de uma teoria vincular e das identificações da perspectiva psicanalítica da família, dos quais, na presente investigação, priorizaremos a matriz francesa, cujos principais expoentes são Kaës, Eiguer, Ruffiot e Benghozi. Em sua vertente, Kaës (1998) destaca que as representações entre as gerações têm também a função de organizar a escolha de objeto dos parceiros, o que se relaciona ao tipo de família que se deseja fundar e à educação mais alinhada ao ideal familiar.

Kaës (2005) distingue ainda duas modalidades de transmissão psíquica: a transmissão sem transformação ou transmissão-repetição e a transmissão transicional e fantasias de transição. Em suma, tem-se que na primeira modalidade a transmissão é direta, passando sem transformação de um sujeito para o outro ou mais de um outro. No segundo caso, a transicionalidade permite que as histórias do sujeito, que ele recebe sem saber, sejam por ele reinventadas, encontradas e criadas, permitindo que ele anuncie as coisas transmitidas e as representações da transmissão, ainda que em uma posição de defesa.

Pierre Benghozi (2010), em sua abordagem, também faz uso da distinção entre transmissão intergeracional e transmissão transgeracional. Na primeira modalidade, o patrimônio psíquico familiar seria recebido por uma geração, memorizado, historicizado, transformado, elaborado e transmitido à nova geração. Já na segunda modalidade, o material

psíquico familiar seria transmitido sem ter sido transformado ou metabolizado, ou seja, em estado bruto.

Assim, a partir desta perspectiva, a vivência das participantes pode ser compreendida como composta por múltiplas articulações, construída a partir das referências das quais são herdeiras, mas também abertas a (re)criações, como destacado na fala de Nina e Lívia, quando elas colocam as vivências de violência em evidência, mas não como determinantes de suas relações futuras e de seus filhos.

5.2.4 A atuação dos profissionais da rede intersetorial no atendimento à mulher vítima de violência

As participantes revelaram em suas falas a forma como foram atendidas por profissionais da saúde, assistência social e pela polícia militar e civil em situações em que haviam vivenciado a violência e que estavam buscando/necessitando de orientação/proteção.

Joana, contou sobre quando precisou do setor público para atendimento de uma crise: “A médica perguntou como era meu relacionamento e tal, se tinha algum problema. Eu comecei a chorar e ficou por aí. [...] me deram dipirona e me mandaram pra casa”.

Segundo Souza e Rezende (2018), devido ao aumento dos casos de violência contra as mulheres é exigido que os profissionais que tenham o primeiro contato com a vítima nessas situações saibam como proceder no atendimento, além de terem preparo e conhecimento para fornecerem assistência eficaz. No entanto, tal fato não foi concretizado durante o atendimento de Joana, evidenciando, como apontam Jardim e Paltrinieri (2022) e Souza e Rezende (2018), que há uma falta de formação e treinamento adequados dos profissionais para saberem identificar a violência doméstica, além de não terem conhecimento da estruturação da rede de apoio para as vítimas a fim de fazerem o encaminhamento apropriado.

Maria Helena e Nina relataram sobre os atendimentos que receberam da polícia militar. Inclusive Nina mencionou que havia acabado de entrar em vigor a Lei Maria da Penha (BRASIL, 2006) quando ela sofreu a agressão física mais severa e acionou a polícia:

Não cheguei a pedir ajuda para o setor público, somente uma única vez que chamei a polícia quando coloquei ele pra fora de casa, ele começou a esmurrar o portão. Chegaram dois policiais homens, e disse que não podiam intervir em nada porque era somente uma discussão de casal (Maria Helena, 41 anos).

Ele surtou [...] a gente começou a brigar e começou a me bater mesmo. No primeiro momento os policiais vieram conversar extremamente atenciosos declarando meus direitos e aspectos da lei. Quando os policiais identificaram quem era o agressor,

alguém que era conhecido por eles, começaram a dizer “você tem cara de vagabunda, que merecia mesmo, você deve ter aprontado muito, você tem cara de que não presta, de vagabunda”. O policial deu risada da minha cara (Nina, 38 anos).

Registrar o boletim de ocorrência é um direito da mulher e é o passo primordial na quebra do ciclo de abuso e violência, uma vez que, a partir dele, inicia-se o processo de encaminhamentos e acompanhamento do caso a nível de proteção da vítima e responsabilização do agressor (SOUTO; WENDT *et al.*, 2021). As vivências das duas participantes elucidam que, apesar do Brasil ter uma das leis mais avançadas do mundo na proteção da mulher, a falta de preparo e sensibilização dos profissionais contribuem para a perpetuação da violência contra mulher e para sua desproteção.

Maria Helena ressaltou ainda um fato importante a respeito da decisão de realizar ou não a denúncia contra o agressor: “Nós mulheres já sofremos com a violência, não queremos que isso se estenda para os nossos familiares e por isso evitamos de pedir ajuda, pois pode proteger a gente, mas nossos familiares ficam vulneráveis, e pensei muito nos meus filhos”.

Tal fala revela que embora haja discussões sobre o fenômeno da violência contra mulher e que cada dia mais estão sendo elaboradas leis destinadas a protegê-las, a execução destas ainda não garantem a proteção da mulher e de sua família, o que pode influenciar na decisão de não denunciar o agressor por medo do que pode acontecer com as pessoas do seu convívio. Por isso, faz-se necessário uma conexão entre os movimentos sociais, mais representações femininas e o Estado (LIRA *et al.*, 2021; SOUSA; TAVARES; ROCHA, 2019).

Maria Helena acrescentou ainda: “na teoria está tudo muito bonito, que se a mulher procurar ajuda irá ser amparada, mas infelizmente são pouquíssimos os casos que dão resultado, e a grande maioria morre com o documento de proteção na mão”. Assim, ela revelou sua compreensão de que existem leis de proteção, mas que, na prática, elas não funcionam de modo eficiente, o que pode estar relacionado com a dificuldade do Estado e sociedade em implementar estratégias sólidas e abrangentes nesta área (LIRA *et al.*, 2021; SOUSA; TAVARES; ROCHA, 2019).

Nina e Maria Helena trazem vivências em que não foram devidamente protegidas pelos órgãos de proteção e orientadas pelos profissionais, o que gera um questionamento em relação à execução das leis e a falta de preparo e sensibilização dos profissionais. No entanto, Joana e Lívia trouxeram vivências em que se sentiram amparadas pelos serviços, ainda que compreendessem que existiam alguns entraves e limitações nos atendimentos.

Joana declarou que precisou de atendimento na delegacia da mulher na ocasião em que sua mãe foi vítima de violência. Referiu que sua mãe foi devidamente acolhida nesse momento, apesar da percepção de que as instituições atuam de forma parcial diante a necessidade da mulher “Fui na delegacia da mulher, eles me deram total apoio [...] Foi onde descobri como a gente podia ser acolhida e ao mesmo tempo não é o bastante”.

A fala de Joana, elucida a necessidade de maior divulgação e conhecimento por parte das mulheres de que existem redes especializadas para atender mulheres vítimas de violência, que oferecem serviços de apoio psicossocial, como por exemplo os Centros de Referência às Mulheres Vítimas de Violência, que oferecem acolhimento, orientação e atendimento psicossocial, social e jurídico.

Lívia por sua vez, descreveu os atendimentos recebidos durante a internação psiquiátrica:

Eles foram muito atenciosos sabe, a psicóloga me explicou que eu vivi muito tempo sofrendo violência psicológica e que estava sobrecarregada, o que pode ter contribuído para o surto. Eu falei para ela que ele fazia eu acreditar que era louca, mas que só depois da internação percebi que ele que me deixou louca. Ela me explicou muito sobre a violência psicológica e me fez entender que era é muito grave, grave mesmo. Acho que eu, acho que as pessoas, acham que a violência física é a pior. Na verdade, acho que eu não procurei ajuda antes porque achava que ninguém ia acreditar no que ele fazia com minha cabeça. Que tinha que ter marca né, ter provas. A agressão física deixa prova né. Parece que aí a gente olha e acredita (Lívia, 39 anos).

A fala de Lívia elucida o quão primordial é o conhecimento, por parte das mulheres e sociedade, de que o ato da denúncia não está relacionado somente quando há agressão física, mas sim quando há violência psicológica, como ressalta a Lei nº 14.188 de 2021, mas conhecida como Lei sinal vermelho contra a Violência Doméstica, que propõe estratégias para combater a violência doméstica e familiar dirigida às mulheres, modificando a forma de punição para casos de lesões corporais leves contra mulheres, em razão de sua condição feminina e introduzindo o crime de violência psicológica contra a mulher no código penal (BRASIL, 2021).

Maria Helena e Lívia relataram ainda a importância do atendimento psicológico:

Espero muito que com a ajuda psicológica eu possa ajudar os meus filhos a se recuperarem emocionalmente e se tornarem adultos fortes, minhas meninas por saberem identificar relacionamentos abusivos e conseguirem sair deles e meus meninos não serem os homens que o meu ex foi. Tudo o que eu vivi refleti muito no comportamento dos meus filhos, e agora estou prezando para dar um bem-estar pra eles (Maria Helena, 41 anos).

Eu tenho meus filhos sabe. Meu menino sofreu muito. Ele adoeceu também e eu não percebi. Agora vejo isso. Nós dois estamos indo e precisamos muito do atendimento sabe, precisamos catar os nossos caquinhos. Porque acho que é isso que sobrou, caquinhos. Catar os caquinhos e recomeçar. Não falo isso triste não tá. Falo isso com muita esperança. A psicóloga sempre fala que o mais importante eu consegui, que é buscar ajuda. (Lívia, 39 anos).

Souza e Rezende (2018), destacam que o papel da psicologia nos casos de violência contra mulher é essencial para desenvolver o processo de emancipação e autonomia das mulheres vítimas de violência, contribuindo para que elas se sintam capazes de recuperar a confiança em si e criar recursos internos para reconstrução de sua vida e a perspectiva do futuro. Lima e Rodrigues (2011), enfatizam ainda que no atendimento psicológico é importante enfatizar as experiências passadas de violência das mulheres e elaborar estratégias específicas para melhorar as práticas de criação dos filhos para não perpetuarem esse fenômeno nas futuras gerações.

6 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo teve como objetivo geral compreender as vivências de mulheres que foram vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos objetivos específicos que envolveram compreender as repercussões e impactos psicológicos da vivência da violência perpetrada pelo parceiro íntimo; verificar quais as estratégias de enfrentamento das mulheres diante da violência; mapear a existência de fatores de risco e de proteção na história familiar e pessoal das mulheres vítimas de violência e conhecer os aspectos envolvidos na vivência de permanência e rompimento da relação abusiva.

No que tange as repercussões da saúde mental verificou-se que todas as participantes sofreram humilhações, ameaças e intimidações, o que também afetou a autoestima delas, sentindo-se inferiorizadas e sem valor, bem como o sentimento de culpa por sofrerem as violências. Além disso, os resultados evidenciaram que as participantes após o rompimento dos relacionamentos, sofreram com sintomas de ansiedade e depressão, desenvolvendo medo e desesperança de ter uma perspectiva de vida, além de utilizarem medicamentos controlados.

Em relação à rede de apoio, ficou evidente que uma participante tinha apoio familiar, o que contribuiu para romper com o relacionamento. Enquanto outras declararam não terem rede de apoio ou uma fragilização desta em decorrência dos impedimentos do companheiro, dificultando ainda mais a capacidade de enfrentar a relação abusiva. Desse modo, compreende-se a relevância da rede de apoio, a fim de evitar acentuar ainda mais o sofrimento psíquico da mulher, bem como fortalecê-la na utilização recursos positivos para encorajar a interrupção do ciclo abusivo.

Observou-se a violência enquanto vivência transgeracional nas vivências das cinco participantes, que declararam ter presenciado suas mães sofrendo violência pelo parceiro íntimo, o que pode ter contribuído para um padrão de comportamento transgeracional de repetição da violência. No entanto, também foi possível verificar que as participantes tem buscado romper com esta repetição, ressignificando suas vivências e investindo no autocuidado e em relações interpessoais saudáveis.

Além disso, verificou-se, a partir das falas das mulheres que procuraram auxílio dos diferentes profissionais da rede intersetorial e das políticas públicas, que não conseguiram serem amparadas de forma correta e eficaz, gerando um sentimento de desconfiar no funcionamento das leis e políticas públicas voltadas a proteção das mulheres. O despreparado

dos profissionais das redes, por não saberem intervir e fazer encaminhamento condizente com a situação de violência, também foi revelado nas falas.

O atendimento psicológico foi destacado como espaço que contribui para o manejo das repercussões psicológicas da vivência de violência, na recuperação dos seus recursos positivos, no processo de emancipação e autonomia e na ressignificação das experiências traumáticas, possibilitando assim a construção de uma nova perspectiva de vida.

Compreende-se a limitação do estudo em termos de números de participantes apresentados. No entanto, espera-se que os profissionais de segurança pública e saúde compreendam a importância e necessidade de buscar mais conhecimento sobre o assunto e se capacitem para acolher as vítimas, tendo em vista que o pedido de socorro, ocorre, a priori, em delegacias e no atendimento de atenção primária nos hospitais.

Em relação à psicologia, espera-se que mais profissionais psicólogos se capacitem para atender esta demanda, oferecendo assistência efetiva, pois após o rompimento, comumente as vítimas se sentem sozinhas e vulneráveis, necessitando da minimização dos impactos das experiências de violências. Com isso, as mulheres podem aprender a fazer escolhas sem medo ou culpa, assumindo o controle de suas próprias vidas.

De modo geral, espera-se que os resultados desta pesquisa contribuam para atuação de psicólogos e demais profissionais, tanto no sentido de reflexão em relação às práticas de atendimento e cuidado desta população, quanto no desenvolvimento de estratégias de intervenção e prevenção da violência.

REFERÊNCIAS

ACOSTA, D. F. *et al.* Violence against women committed by intimate partners: (in)visibility of the problem. **Texto & Contexto - Enfermagem**, [s.l.], v. 24, n. 1, p. 121-127, mar. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/Cv7FCDggKS3vRJ4yQG8HrBM/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

ADAMES, B. *et al.* Acolhimento psicológico para mulheres vítimas de violência conjugal. **Pesqui. Prát. Psicossociais**, [s.l.], v. 13, n. 2, p. 1-12, jun. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-89082018000200012. Acesso em: 11 mar. 2023.

AGUIAR, G. A. O acolhimento psicológico como dispositivo de orientação às mulheres vítimas de violência: novas possibilidades para atuação do profissional de Psicologia. **Revista Espaço Acadêmico**. [s.l.], v. 18, n. 207, p. 99-107, ago., 2018. Disponível em: <https://periodicos.uem.br/ojs/index.php/EspacoAcademico/article/view/41931>. Acesso em: 13 ago. 2023.

BENGHOZI, P. **Malhagem, filiação e afiliação – Psicanálise dos vínculos**: Casal família, grupo, instituição e campo social. São Paulo: Vetor, 2010.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: Uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1994. Disponível em: <https://ria.ufrn.br/jspui/handle/123456789/1119>. Acesso em: 11 mar. 2023.

BOWLBY, J. **Cuidados maternos e saúde mental**. São Paulo: Martins Fontes. 1988.

BRASIL. Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Ligue 180 Central de Atendimento à Mulher**: balanço 2019. Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2019. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br/centrais-de-conteudo/ligue-180/balanco-ligue-180-2019.pdf/view>. Acesso em: 22 fev. 2023

BRASIL. **Lei nº 11.340, de 7 de Agosto de 2006**. Lei Maria da Penha e Legislação Correlata. Senado Federal, Secretaria Especial de Editoração e Publicações. Subsecretaria de Edições Técnicas, 2011. Disponível em: <https://www2.senado.leg.br/bdsf/handle/id/496319>. Acesso em: 22 fev. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 7.393, de 15 de Dezembro de 2010**. Dispõe sobre a central de Atendimento à Mulher - Ligue 180. Brasília: Presidência da República, 2010. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/decreto/D7393.htm#:~:text=DECRETA%3A,viol%C3%Aancia%20em%20todo%20o%20Pa%C3%ADs. Acesso em: 10 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.505, de 8 de Novembro de 2017**. Dispõe sobre o direito da mulher em situação de violência doméstica e familiar de ter atendimento policial [...]. Brasília: Presidência

da República, 2017. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13505.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 9.586, de 27 de Novembro de 2018.** Institui o Sistema Nacional de Políticas para as Mulheres e o Plano Nacional de Combate à Violência Doméstica. Brasília: Presidência da República, 2018. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2018/decreto/D9586.htm. Acesso em: 11 fev. 2023.

BRASIL. **Lei nº 14.188, de 28 de Julho de 2021.** Define o programa de cooperação Sinal Vermelho contra a Violência Doméstica como uma das medidas de enfrentamento da violência doméstica e familiar contra a mulher [...]. Brasília: Presidência da República, 2021. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2015-2018/2017/lei/l13505.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Decreto nº 11.431, de 8 de Março de 2023.** Institui o Programa Mulher Viver sem Violência. Brasília: Presidência da República, 2023. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2023-2026/2023/decreto/D11431.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.894, de 29 de Outubro de 2019.** Prever a competência dos Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher para a ação de divórcio, separação, anulação de casamento ou dissolução de união estável nos casos de violência [...]. Brasília: Presidência da República, 2019. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2019/lei/l13894.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. **Lei nº 13.894, de 3 de Abril de 2020.** Estabelece como medidas protetivas de urgência frequência do agressor a centro de educação e de reabilitação e acompanhamento psicossocial. Brasília: Presidência da República, 2020. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2019-2022/2020/lei/L13984.htm. Acesso em: 10 ago. 2023.

BRASIL. Observatório da Mulher contra a Violência. **Conheça a Rede de Atendimento.** Brasília, [entre 2006 e 2023]. Disponível em: https://www12.senado.leg.br/institucional/omv/acoes-contra-violencia/copy_of_informacoes-sobre-a-rede-de-atendimento. Acesso em: 04 ago. 2023.

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Canais registram mais de 105 mil denúncias de violência contra mulher em 2020.** Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/pt-br/noticias/assistencia-social/2021/03/canais-registram-mais-de-105-mil-denuncias-de-violencia-contra-mulher-em-2020>. Acesso em: 27 jul. 2023

BRASIL, Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos. **Denúncias registradas pelo Ligue 180 aumentam nos quatro primeiros meses de 2020.** Brasília: Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos, 2020. Disponível em: <https://www.gov.br/mdh/pt-br>

br/assuntos/noticias/2020-2/maio/denuncias-registradas-pelo-ligue-180-aumentam-nos-quatro-primeiros-meses-de-2020. Acesso em: 12 out. 2023

BRASIL, Ministério da Justiça e Segurança Pública. **MJSP apresenta balanço de operação contra violência doméstica e feminicídio: mais de 85 mil vítimas atendidas e oito mil presos**. Brasília: Ministério da Justiça e Segurança Pública, 2023. Disponível em: <https://www.gov.br/mj/pt-br/assuntos/noticias/mjsp-apresenta-balanco-de-operacao-contra-violencia-domestica-e-feminicidio-mais-de-85-mil-vitimas-atendidas-e-oito-mil-presos>. Acesso em: 12 out. 2023

BRASIL. Conselho Nacional de Saúde. **Resolução Nº 466, de 12 de dezembro de 2012**. Brasília: Ministério da Saúde, jun. 2013. Disponível em: <https://conselho.saude.gov.br/resolucoes/2012/Reso466.pdf>. Acesso em: 15 out. 2023.

BRITO, J. C. S.; EULÁLIO, M. C.; SILVA JÚNIOR, E. G.. A Presença de Transtorno Mental Comum em Mulheres em Situação de Violência Doméstica. **Contextos Clínicos**, Campina Grande, v. 13, n. 1, p. 198-220, 23 jul. 2020. Disponível em: <http://pepsic.bvsalud.org/pdf/cclin/v13n1/v13n1a11.pdf>. Acesso em: 12 out. 2023.

CANTARES, T. S.; GUZZO, R. S. L. Violência contra Mulheres: diretrizes políticas da psicologia para o exercício profissional. **Psicologia: Ciência e Profissão**, [s.l.], v. 42, p. 1-15, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/v8TC7jcqfx39gyyPPNs6mck/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Referências técnicas para atuação de psicólogas (os) em Programas de Atenção à Mulher em situação de Violência**. Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2013. Disponível em: <http://www.crpso.org.br/portal/comunicacao/artes-graficas/arquivos/2013-CREPOP-Violencia-Mulher.pdf>. Acesso em: 26 fev. 2023.

CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA. **Código de Ética Profissional do Psicólogo**. 2005. Disponível em: <https://site.cfp.org.br/wp-content/uploads/2012/07/codigo-de-etica-psicologia.pdf>. Acesso em: 10 jun. 2023.

CURIA, B. G. *et al.* Produções Científicas Brasileiras em Psicologia sobre Violência contra Mulher por Parceiro Íntimo. **Psicologia: Ciência e Profissão**, Porto Alegre, v. 40, p. 1-19, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pcp/a/V8jcXqbrLxsts8r5jqzQ8LPv/?lang=pt#>. Acesso em: 26 fev. 2023.

CRESWELL, J. W. **Investigação qualitativa e projeto de pesquisa**: escolhendo entre cinco abordagens. 3 ed. Porto Alegre: Penso, 2014.

DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Handbook of qualitative research**. Thousand Oaks: SAGE, 1994.

FRASER, M. T. D., GONDIN, S. M. G. Da fala do outro ao texto negociado: discussões sobre a entrevista na pesquisa qualitativa. **Paidéia**, Ribeirão Preto, v. 14, n. 28, p. 139-152, 2004. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/paideia/a/MmkPXF5fCnqVP9MX75q6Rrd/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 26 out. 2023

GOMES, N. P. *et al.* Rede social para o enfrentamento da violência conjugal: representações de mulheres que vivenciam o agravo. **Texto Contexto Enferm**, Florianópolis, v. 24, n. 2, p. 316-24, 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/tce/a/ZWgGhHsgg8SsjWpjfG5RLwy/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 02 out. 2023.

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas. **Psicologia & Sociedade**, Brasília, v. 27, n. 2, p. 256-266, ago. 2015. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/Dr7bvbkmvcYSTwdHDpdYhfn/?lang=pt>. Acesso em: 22 fev. 2023.

GIL, A. C. **Como elaborar projetos de pesquisa**. São Paulo: Atlas, 1991.

GOFFMAN, E. **Estigma**: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada. 4. ed. Rio de Janeiro: LTC, 2008.

HAYECK, C. M. Refletindo sobre a violência. **Revista Brasileira de História & Ciências Sociais**, [s.l.], v. 1, n. 1, p. 1-8, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/rbhcs/article/view/10353>. Acesso em: 27 jul. 2023.

INSTITUTO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Dossiê Mulher 2021**. Instituto de Segurança Pública, Rio de Janeiro, 2021. Disponível em: http://arquivos.proderj.rj.gov.br/isp_imagens/uploads/DossieMulher2021.pdf. Acesso em: 27 jul. 2023.

JARDIM, T. H. N.; PALTRINIERI, I. C. S. M. A importância da capacitação profissional, na efetivação das políticas públicas de enfrentamento à violência contra a mulher. **Studies Publicações**. Curitiba, v. 3, n. 3, p. 755-767, jul./set., 2022. DOI: <https://doi.org/10.54018/sssr3n3-005>. Disponível em: <https://ojs.studiespublicacoes.com.br/ojs/index.php/sssr/article/view/678>. Acesso em: 20 ago. 2023.

JULIANO, M. C. C.; YUNES, M. A. M. Reflexões sobre rede de apoio social como mecanismo de proteção e promoção de resiliência. **Ambiente & Sociedade**, São Paulo, v. 17, n. 3, p. 135-154, 2014. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/asoc/a/BxDVLkfcGQLGXVwnHp63HMH/?format=pdf&lang=pt>. Acesso em: 20 set. 2023.

KAËS, R. **A transmissão do psiquismo entre gerações**. São Paulo: Unimarco, 1998.

KAËS, R. **Os espaços psíquicos comuns e partilhados: Transmissão e negatividade**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

LEITE, F. *et al.* Violência contra a mulher e sua associação com o perfil do parceiro íntimo: estudo com usuárias da atenção primária. **Revista Brasileira de Epidemiologia**, [s.l.], v. 22, p. 1-14, jan. 2019. Disponível em:

<https://www.scielo.br/j/rbepid/a/jMJhN76v8PgW4nwZP6Djkzh/?lang=pt>. Acesso em: 19 mar. 2023.

LIMA, S. C. S.; RODRIGUES, J. S. A violência contra a mulher na perspectiva da psicologia: uma revisão bibliográfica. **Revista de Psicologia**. Fortaleza, v. 13, n. 1, p. 139-153, jan./jun., 2022. DOI: <https://doi.org/10.36517/revpsiufc.13.1.2022.11>. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/psicologiaufc/article/view/71609>. Acesso em: 13 ago. 2023.

LUCENA, K. D. T. *et al.* Análise do ciclo da violência doméstica contra a mulher. **Journal Of Human Growth And Development**, [s.l.], v. 26, n. 2, p. 139-146, 29 ago. 2016. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?pid=S0104-12822016000200003&script=sci_arttext&tlng=pt. Acesso em: 12 mar. 2023.

MARASCA, R., MANOZZO, A. C., FALCKE, P. D. Violência conjugal e família de origem: uma revisão sistemática da literatura de 2006 a 2011. **Temas em Psicologia**, Ribeirão Preto, v. 21, n. 1, p. 221-243, jun. 2013. Disponível em: <https://www.redalyc.org/articulo.oa?id=513751531016>. Acesso em: 07 out. 2023.

MINAYO, M. C. S. **O Desafio do Conhecimento: Pesquisa Qualitativa em Saúde**. 10. ed. São Paulo: HUCITEC, 2008.

MINAYO, M. C. S. **Pesquisa social: Teoria, método e criatividade**. Rio de Janeiro: Vozes, 1994.

MOREIRA, V.; BORIS, G. D. J. B.; VENÂNCIO, N. O estigma da violência sofrida por mulheres na relação com seus parceiros íntimos. **Psicologia & Sociedade**, Fortaleza, v. 2, n. 23, p. 398-406, jan. 2011. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psoc/a/4xyhTgzY4CpZ8W5xmV78JJS/?lang=pt>. Acesso em: 21 fev. 2023.

NARVAZ, M. G.; KOLLER, S. H. Mulheres vítimas de violência doméstica: compreendendo subjetividades assujeitadas. **Psico**, v. 37, n. 1, p. 7-13, jul. 2006. Disponível em: <https://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/revistapsico/article/view/1405>. Acesso em: 22 fev. 2023.

ROSA, D. O. A. *et al.* A violência contra a mulher provocada por parceiro íntimo. **Feminina**, Belo Horizonte, v. 41, n. 2, p. 81-87, 2013. Disponível em: <https://pesquisa.bvsalud.org/portal/resource/pt/lil-694480>. Acesso em: 5 mar. 2023.

SILVA, A. M. B; BINI, M. C. N. Percepções sobre o plantão psicológico em uma Delegacia de Defesa da Mulher. **Psicologia USP**. [s.l.], v. 32, p. 1-11, 2021. DOI: <https://doi.org/10.1590/0103-6564e200201>. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/psup/a/JwpVQ5WFHcR7rz86KVLPHYCt/?lang=pt>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SILVA, C. M.; CAMPOS, N. P. S.; REIS, T. L. Violência contra a mulher: Atuação do psicólogo às vítimas. **Revista Mosaico**, [s.l.], v. 11, n. 1, p. 100-106, jan./jun., 2020. DOI: <https://doi.org/10.21727/rm.v11i1.2081>. Disponível em:

<http://editora.universidadevassouras.edu.br/index.php/RM/article/view/2081>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SOUSA, M. E. A.; TAVARES, M. F. L.; ROCHA, R. M. Dimensões dos direitos fundamentais no Plano Nacional de Políticas para Mulheres. **Cadernos Ibero-Americanos de Direito Sanitário**. Brasília, v. 8, n. 2, p. 1-132, abr./jun., 2019. DOI: <http://dx.doi.org/10.17566/ciads.v8i2.525>. Disponível em: <https://www.cadernos.prodisa.fiocruz.br/index.php/cadernos/article/view/525>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SOUTO, L. P. *et al.* O papel do psicólogo no âmbito da violência doméstica. **Salão do Conhecimento**, [s.l.], v. 7, n. 7, 2021. Disponível em: <https://www.publicacoeseventos.unijui.edu.br/index.php/salaconhecimento/article/view/20823/19534>. Acesso em: 13 ago. 2023.

SOUZA, T. M. C.; REZENDE, F. F. Violência contra mulher: concepções e práticas de profissionais de serviços públicos. **Estudos Interdisciplinares em Psicologia**, Londrina, v. 9, n. 2, p. 21-38, ago. 2018. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072018000200003. Acesso em: 3 mar. 2023

SOUZA, L. J.; FARIAS, R. C. P. Violência doméstica no contexto de isolamento social pela pandemia de covid-19. **Serviço Social & Sociedade**, São Paulo, n. 144, p. 213-232, set. 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/sssoc/a/RWf4PKDthNRvWg89y947zgw/>. Acesso em: 22 fev. 2023.

TEIXEIRA, J. M. S.; PAIVA, S. P. Violência contra a mulher e adoecimento mental: percepções e práticas de profissionais de saúde em um centro de atenção psicossocial. **Physis: Revista de Saúde Coletiva**, Rio de Janeiro, v. 31, n. 2, p. 1-21, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/7CRjQTCrKX7RXrC7XFT3jDs/#>. Acesso em: 12 out. 2023.

TURATO, E. R. Introdução à Metodologia da Pesquisa Clínico-Qualitativa: Definição e Principais Características. **Revista Portuguesa de Psicossomática**, Porto, v. 2, n. 1, p. 93-108, 2000. Disponível em: <https://www.redalyc.org/pdf/287/28720111.pdf>. Acesso em: 15 set. 2023

WENDT, N. C.; CREPALDI, M. A. A utilização do genograma como instrumento de coleta de dados na pesquisa qualitativa. **Psicologia: Reflexão e Crítica**, [s.l.], v. 21, n. 2, p. 302-310, 2008. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/prc/a/HTp4WpTfcphN7vzbyfSpcGf/?lang=pt>. Acesso em: 11 mar. 2023.

APÊNDICE A – Formulário de dados sociodemográficos

Nome: _____

Idade: _____

Cor: _____

Escolaridade (cursou até que série completa): _____

Naturalidade: _____ Profissão/ocupação atual: _____

Ativa () Afastada () Aposentada ()

Situação conjugal: _____

Tempo de namoro: ____ anos

Tempo de casamento/união estável: ____ anos

Renda mensal pessoal: R\$ _____

Renda familiar (soma dos rendimentos de todos os que contribuem no orçamento doméstico)

R\$: _____

Composição familiar:

Quem mora na casa? (sexo, idade, profissão de cada membro familiar, colocar os filhos de acordo com a ordem de nascimento).

Nome	Parentesco	Sexo	Idade	Profissão/Ocupação

Tipo de moradia atual: casa () apartamento () outra ()

Situação da moradia: própria () alugada () financiada () cedida () outra ()

APÊNDICE B - Roteiro de entrevista semiestruturada

História de vida

- Me conte, com suas palavras, a sua história de vida até este momento
- Me conte um pouco sobre a sua infância
 - Como era a relação dos seus pais?
 - Como era a sua relação com os seus pais?
 - Conte-me alguma ocasião que o marcou na relação com os seus pais [pode ser um dia marcante, uma situação especial, alguma recordação importante]
 - Já testemunhou alguma violência na sua família?
- Me conte um pouco sobre a sua adolescência.
- Me conte um pouco sobre a sua vida atual.

Relacionamento afetivos

- Me fale sobre os relacionamentos que você teve.

Vivência da violência

- Me fale sobre o relacionamento em que você sofreu violência.
 - Como o conheceu?
 - Quanto tempo ficaram juntos?
 - Como era o cotidiano?
 - Quais eram seus pensamentos e sentimentos nessa época?
 - Quais as formas de violência presente?
 - Como foi a decisão de rompimento desta relação?

Rede de apoio: pessoas e serviços

- Você teve o apoio de alguém durante esta vivência?
- Você procurou ajuda no setor público quando precisou? Se sim, como foi o atendimento?
- Você sabia dos seus direitos e da Lei Maria da penha?

Planos para o futuro

- Quais são seus planos de vida para o futuro?
- Se você pudesse imaginar sua vida daqui a 10 anos, como você se imagina? Onde e com quem estaria?

Considerações finais

- Gostaria de dizer mais alguma coisa que não tenha sido abordada durante a entrevista?

APÊNCIDE C – Termo de consentimento livre e esclarecido TCLE (coleta presencial)

Nome da Pesquisa: Lar, nem tão doce lar: Compreendendo as vivências de mulheres vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo.

Pesquisadoras: Amanda Marcela dos Santos e Larissa Silva Ramos

Pesquisadora Responsável: Mayara Colleti

ESCLARECIMENTO AO PARTICIPANTE DA PESQUISA**• Que tipo de documento é esse?**

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa que está sendo desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá. Este documento é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) elaborado como um requisito ético para esclarecer a nossa pesquisa a você de forma detalhada. Após ler as próximas informações, você poderá escolher participar voluntariamente ou não da nossa pesquisa.

• Por que o estudo está sendo feito?

A violência contra mulher é um problema de saúde pública mundial, que abarca múltiplos fatores sociais, culturais, histórico e subjetivos e expressa-se de diversas maneiras. As consequências deste tipo de violência envolvem desde impactos psicológicos e físicos, podendo levar à morte. Assim, estudos como estes são importantes, na medida em que buscam compreender as vivências de mulheres que foram vítimas de violência e contribuir para reflexões acerca de políticas públicas e práticas de atendimento à mulheres como você, que sofreram violência.

• Para que o estudo está sendo feito?

Com este estudo, nós buscamos compreender as vivências de mulheres que foram vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo. Além disso, nós queremos conhecer as estratégias de enfrentamento utilizadas diante da violência, mapear a existência de fatores de risco e de proteção na sua história familiar e pessoal, conhecer os aspectos envolvidos na vivência de permanência e rompimento da relação abusiva e compreender a dinâmica dos seus relacionamentos atuais. Assim, ao aceitar participar desse estudo você estará contribuindo

para que saibamos mais sobre a temática, possibilitando novas discussões sobre as vivências de mulheres que sofreram violência.

• **O que acontecerá com você durante a participação nesse estudo?**

Neste momento, viemos convidar você para participar da nossa pesquisa e deixar claro sobre o que acontecerá se você aceitar participar, além de esclarecer possíveis dúvidas. Caso você aceite participar, você responderá um formulário de dados sociodemográficos e, em seguida, participará de uma entrevista com algumas perguntas sobre suas vivências. Esta entrevista permitirá que você fale de sua vivência e também que nós façamos algumas perguntas de aprofundamento e esclarecimento, a fim de alcançar o objetivo do estudo. Em seguida, vamos perguntar alguns dados sobre sua família e as relações entre os membros dela, para construir um instrumento que se chama genograma. A sua participação é voluntária, ou seja, você não precisa participar da pesquisa se não quiser, e poderá retirar seu consentimento a qualquer momento, sem nenhuma penalização.

Durante nossa entrevista pretendemos realizar a gravação de nossa conversa em áudio, com a finalidade de garantir que nada do que você disser passará despercebido ou será esquecido. Para tanto, também precisamos de sua autorização por escrito, mostrando que está de acordo que nossa conversa seja gravada. Ao dar seu consentimento, você também estará concordando com o fato de que a gravação realizada em áudio seja transcrita e que o material produzido possa ser utilizado exclusivamente para fins de pesquisa, preservando os valores éticos quanto aos dados fornecidos, de acordo com as diretrizes que regem a realização de pesquisas com seres humanos.

Pela participação no estudo, você não receberá qualquer valor em dinheiro, mas terá a garantia de que as despesas necessárias para a realização do mesmo não serão de sua responsabilidade. Os resultados da pesquisa vão ser publicados, mas sem identificar os participantes. As entrevistas serão realizadas conforme comum acordo entre o participante e pesquisadoras.

Você receberá uma via deste termo devidamente assinado. Esta é uma atividade de pesquisa, não um atendimento psicológico. Mas, se for necessário e do seu interesse, estamos à disposição para maiores esclarecimentos. Você poderá ter todas as informações que quiser, inclusive, poderá ter a devolutiva dos dados na medida de seu interesse. Estamos à disposição para maiores esclarecimentos, antes e durante a pesquisa a qual for avaliada por um comitê de ética.

• **Quais os riscos ou desconfortos de participar do estudo?**

Avaliamos que há um risco mínimo ao participar desta pesquisa. Pode ser que você se canse ao responder as questões ou fique sensibilizada pelo conteúdo presente nelas. Caso ao responder as perguntas você sinta algum desconforto e/ou constrangimento, nós estaremos dispostas a esclarecer e orientar quanto a estes aspectos e nossos contatos estarão disponíveis para realizar orientações e encaminhamentos que você precisar. Você também poderá optar por não responder a questões que te gerem certo incômodo, além de poder interromper sua participação imediatamente, momentânea ou definitivamente caso isso ocorra.

• **Quais os benefícios de participar do estudo?**

Espera-se que os resultados desta pesquisa tragam informações e propostas importantes para as áreas da educação, saúde e assistência social, sobretudo para a atuação dos profissionais que atendem mulheres que sofreram violência como você, tanto no sentido de reflexão em relação às práticas de atendimento e cuidado, quanto no desenvolvimento de estratégias de intervenção e prevenção da violência. Espera-se desta forma, contribuir para orientar ações de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal quanto aos cuidados com as mulheres vítimas de violência.

• **Quais são os meus direitos ao participar?**

Existe uma cartilha desenvolvida pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que orienta a respeito dos direitos dos participantes de pesquisa. Nós listamos abaixo todos os seus direitos conforme essa cartilha e nos comprometemos a respeitar todos eles:

- 1) Receber as informações do estudo de forma clara;
- 2) Poder esclarecer qualquer dúvida que tiver, em qualquer momento da pesquisa.
- 3) Levar o tempo que quiser para decidir se quero participar ou não da pesquisa;
- 4) Não responder perguntas que me incomodem;
- 5) Recusar participar do estudo, sem que isso traga qualquer tipo de problema para mim;
- 6) Desistir de participar do estudo a qualquer momento, mesmo após ter aceitado participar da pesquisa;
- 7) Ter assistência a tudo o que for necessário, de forma gratuita e pelo tempo que for preciso, caso aconteça algum dano por minha participação no estudo.

- 8) Ter direito a reclamar indenização, isto é, solicitar a reparação de um possível dano relacionado a minha participação nesta pesquisa;
- 9) Ser ressarcido (compensado) por gastos de transporte e alimentação que tiver por causa da participação na pesquisa;
- 10) Conhecer os resultados da pesquisa;
- 11) Ter respeitado o meu anonimato e a confidencialidade das informações que eu fornecer, ou seja, a minha identidade (nome, sobrenome ou qualquer outro dado de identificação) jamais será revelada, inclusive se os resultados do estudo forem apresentados em congressos ou publicações científicas.
- 12) Ter respeitada a minha privacidade;
- 13) Receber uma via deste documento, assinada e rubricada em todas as páginas.

• **Com quem devo falar em caso de dúvidas sobre o estudo?**

Fale diretamente com as pesquisadoras em qualquer momento durante o curso da pesquisa. Você pode entrar em contato conosco por *e-mail* ou telefone: amandamds2093@gmail.com (16) 99168-8155 ou larissasramos1@hotmail.com (16)99240-7421 ou mayara.colleti@baraodemaua.br (16) 98196-1733

Com quem falar se tiver dúvidas sobre meus direitos ou quiser fazer uma reclamação sobre a pesquisa?

Você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), um órgão que tem a função de zelar pela proteção e direitos de participantes de pesquisa. Essas são as formas de entrar em contato com o CEP: Rua: Ramos de Azevedo, nº 423, sala 38, Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP, telefone: (16) 3603-6624, *e-mail*: cepbm@baraodemaua.br. O horário de atendimento do CEP é de segunda-feira e sexta-feira: 14h às 17h; e de terça a quinta-feira: 7h30 às 13h.

Ribeirão Preto, _____ de _____ de 2023.

Amanda Marcela dos Santos
Pesquisadora

Larissa Ramos Silva
Pesquisadora

Mayara Colleti
Pesquisadora Responsável
Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá

**AUTORIZAÇÃO – TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E
ESCLARECIDO**

Eu, _____
_____RG_____ li e/ou ouvi o esclarecimento acima e compreendi para que serve o estudo e quais procedimentos a que serei submetido. A explicação que recebi esclarece os risco e benefícios do estudo. Entendi que sou livre para interromper minha participação a qualquer momento, sem justificar minha decisão e que isso não me afetará de forma alguma. Sei que meu nome não será divulgado, que não terei despesas e não receberei dinheiro por participar do estudo. Assim, eu concordo expressamente em participar do estudo, autorizo e estou ciente ainda de que as entrevistas serão realizadas em local previamente acordado com as pesquisadoras.

Ribeirão Preto, _____ de _____ de 2023.

Assinatura: _____

APÊNCIDE D – Termo de consentimento livre e esclarecido TCLE (coleta online)

Nome da Pesquisa: Lar, nem tão doce lar: Compreendendo as vivências de mulheres vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo.

Pesquisadoras: Amanda Marcela dos Santos e Larissa Silva Ramos

Pesquisadora Responsável: Mayara Colleti

ESCLARECIMENTO AO PARTICIPANTE DA PESQUISA**• Que tipo de documento é esse?**

Você está sendo convidada a participar de uma pesquisa que está sendo desenvolvida como trabalho de conclusão do curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá. Este documento é o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) elaborado como um requisito ético para esclarecer a nossa pesquisa a você de forma detalhada. Após ler as próximas informações, você poderá escolher participar voluntariamente ou não da nossa pesquisa.

• Por que o estudo está sendo feito?

A violência contra mulher é um problema de saúde pública mundial, que abarca múltiplos fatores sociais, culturais, histórico e subjetivos e expressa-se de diversas maneiras. As consequências deste tipo de violência envolvem desde impactos psicológicos e físicos, podendo levar à morte. Assim, estudos como estes são importantes, na medida em que buscam compreender as vivências de mulheres que foram vítimas de violência e contribuir para reflexões acerca de políticas públicas e práticas de atendimento à mulheres como você, que sofreram violência.

• Para que o estudo está sendo feito?

Com este estudo, nós buscamos compreender as vivências de mulheres que foram vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo. Além disso, nós queremos conhecer as estratégias de enfrentamento utilizadas diante da violência, mapear a existência de fatores de risco e de proteção na sua história familiar e pessoal, conhecer os aspectos envolvidos na vivência de permanência e rompimento da relação abusiva e compreender a dinâmica dos seus relacionamentos atuais. Assim, ao aceitar participar desse estudo você estará contribuindo para

que saibamos mais sobre a temática, possibilitando novas discussões sobre as vivências de mulheres que sofreram violência.

• **O que acontecerá com você durante a participação nesse estudo?**

Nosso contato com você está sendo através das mídias sociais da *Internet*. Neste momento, viemos convidar você para participar da nossa pesquisa e deixar claro sobre o que acontecerá se você aceitar participar, além de esclarecer possíveis dúvidas. Caso você aceite participar, após dar um aceite neste documento, você acessará um formulário de dados sociodemográficos online, em que você responderá a questões gerais sobre você. Em seguida, agendaremos uma chamada de vídeo, em horário de sua preferência, para que você responda algumas perguntas sobre suas vivências. Esta entrevista permitirá que você fale de sua vivência e também que nós façamos algumas perguntas de aprofundamento e esclarecimento, a fim de alcançar o objetivo do estudo. Em seguida, vamos perguntar alguns dados sobre sua família e as relações entre os membros dela, para construir um instrumento que se chama genograma. Para participar, você precisará ter acesso à Internet.

• **Quais os riscos ou desconfortos de participar do estudo?**

Avaliamos que há um risco mínimo ao participar desta pesquisa. Pode ser que você se canse ao responder as questões ou fique sensibilizada pelo conteúdo presente nelas. Caso ao responder as perguntas você sinta algum desconforto e/ou constrangimento, nós estaremos dispostas a esclarecer e orientar quanto a estes aspectos e nossos contatos estarão disponíveis para realizar orientações e encaminhamentos que você precisar. Você também poderá optar por não responder a questões que te gerem certo incômodo, além de poder interromper sua participação imediatamente, momentânea ou definitivamente caso isso ocorra. Ademais, ao término da coleta de dados, serão removidas as informações da nuvem, assegurando o acesso particular das pesquisadoras, a fim de manter o sigilo dos dados obtidos.

• **Quais os benefícios de participar do estudo?**

Espera-se que os resultados desta pesquisa tragam informações e propostas importantes para as áreas da educação, saúde e assistência social, sobretudo para a atuação dos profissionais que atendem mulheres que sofreram violência como você, tanto no sentido de reflexão em relação às práticas de atendimento e cuidado, quanto no desenvolvimento de estratégias de intervenção e prevenção da violência. Espera-se desta forma, contribuir para orientar ações de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal quanto aos cuidados com as mulheres vítimas de violência.

• **Quais são os meus direitos ao participar?**

Existe uma cartilha desenvolvida pela Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP) que orienta a respeito dos direitos dos participantes de pesquisa. Nós listamos abaixo todos os seus direitos conforme essa cartilha e nos comprometemos a respeitar todos eles:

- 1) Receber as informações do estudo de forma clara;
- 2) Poder esclarecer qualquer dúvida que tiver, em qualquer momento da pesquisa.
- 3) Levar o tempo que quiser para decidir se quero participar ou não da pesquisa;
- 4) Não responder perguntas que me incomodem;
- 5) Recusar participar do estudo, sem que isso traga qualquer tipo de problema para mim;
- 6) Desistir de participar do estudo a qualquer momento, mesmo após ter aceitado participar da pesquisa;
- 7) Ter assistência a tudo o que for necessário, de forma gratuita e pelo tempo que for preciso, caso aconteça algum dano por minha participação no estudo.
- 8) Ter direito a reclamar indenização, isto é, solicitar a reparação de um possível dano relacionado a minha participação nesta pesquisa;
- 9) Ser ressarcido (compensado) por gastos de transporte e alimentação que tiver por causa da participação na pesquisa;
- 10) Conhecer os resultados da pesquisa;
- 11) Ter respeitado o meu anonimato e a confidencialidade das informações que eu fornecer, ou seja, a minha identidade (nome, sobrenome ou qualquer outro dado de identificação) jamais será revelada, inclusive se os resultados do estudo forem apresentados em congressos ou publicações científicas.
- 12) Ter respeitada a minha privacidade;
- 13) Receber uma via deste documento, assinada e rubricada em todas as páginas.

• **Com quem devo falar em caso de dúvidas sobre o estudo?**

Fale diretamente com as pesquisadoras em qualquer momento durante o curso da pesquisa. Você pode entrar em contato conosco por *e-mail* ou telefone: amandamds2093@gmail.com (16) 99168-8155 ou larissasramos1@hotmail.com (16)99240-7421 ou mayara.colleti@baraodemaua.br (16) 98196-1733

Com quem falar se tiver dúvidas sobre meus direitos ou quiser fazer uma reclamação sobre a pesquisa?

Você poderá entrar em contato com o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), um órgão que tem a função de zelar pela proteção e direitos de participantes de pesquisa. Essas são as formas de entrar em contato com o CEP: Rua: Ramos de Azevedo, nº 423, sala 38, Jd. Paulista - Ribeirão Preto/SP, telefone: (16) 3603-6624, *e-mail*: cepbm@baraodemaua.br. O horário de atendimento do CEP é de segunda-feira e sexta-feira: 14h às 17h; e de terça a quinta-feira: 7h30 às 13h.

Após ter lido este TCLE, declaro que entendi os objetivos da pesquisa, a forma que participarei, os riscos e benefícios da minha participação, além de estar ciente sobre todos os meus direitos. Estou ciente de que fui convidado(a) a participar porque este estudo foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos do Centro Universitário Barão de Mauá e atende aos requisitos da Resolução 466/2012 do Conselho Nacional de Saúde. Concordo em participar voluntariamente com o estudo, manifestando minha concordância selecionando a palavra ACEITO, a seguir. Além disso, devo fazer o *download* de uma via deste termo de consentimento assinada e rubricada.

☐ ACEITO

Assinatura das pesquisadoras:

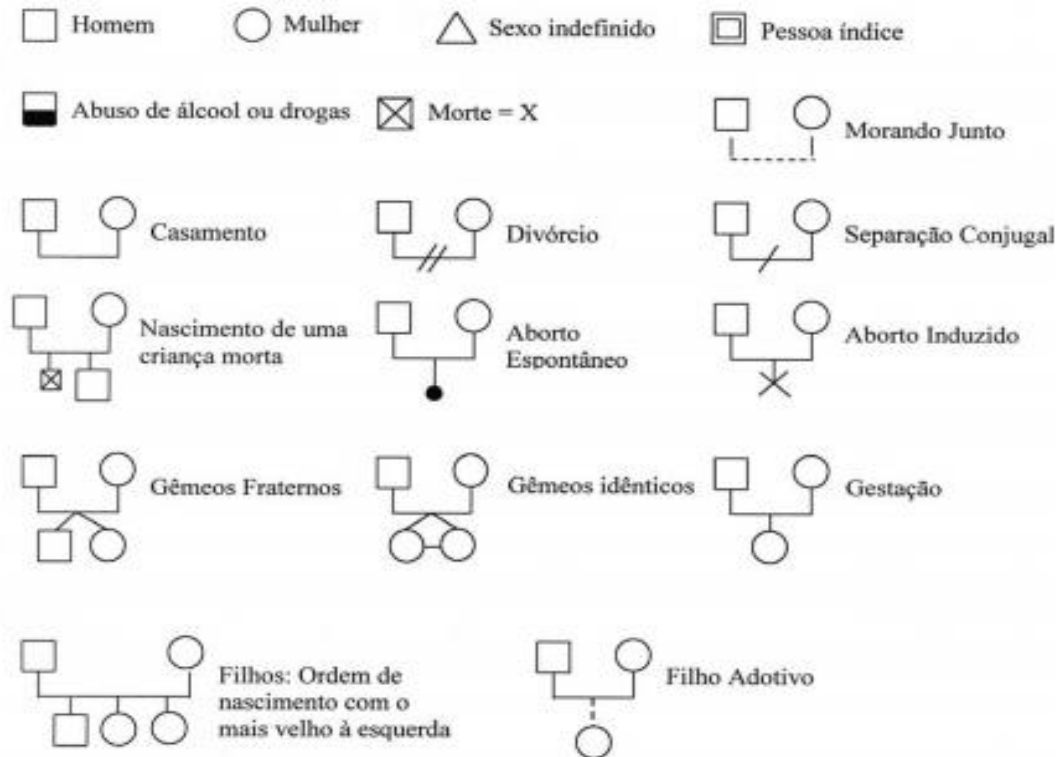
Ribeirão Preto, _____ de _____ de 2023.

Amanda Marcela dos Santos
Pesquisadora

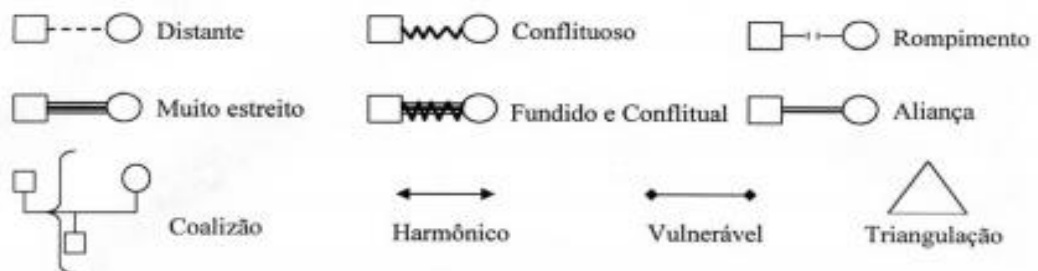
Larissa Ramos Silva
Pesquisadora

Mayara Colleti
Pesquisadora Responsável
Docente do Curso de Psicologia do Centro Universitário Barão de Mauá

ANEXO A - Legendas dos Genogramas, segundo Wendt e Crepaldi (2008)



Relacionamentos:



ANEXO B- Aprovação da Pesquisa junto ao Comitê de Ética

CENTRO UNIVERSITÁRIO
BARÃO DE MAUÁ



PARECER CONSUBSTANCIADO DO CEP

DADOS DO PROJETO DE PESQUISA

Título da Pesquisa: LAR, NEM TÃO DOCE LAR: COMPREENDENDO AS VIVÊNCIAS DE MULHERES VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA PERPETRADA PELO PARCEIRO ÍNTIMO

Pesquisador: Mayara Colleti

Área Temática:

Versão: 2

CAAE: 68812323.0.0000.5378

Instituição Proponente: ORGANIZACAO EDUCACIONAL BARAO DE MAUA

Patrocinador Principal: Financiamento Próprio

DADOS DO PARECER

Número do Parecer: 6.153.506

Apresentação do Projeto:

A violência conjugal é entendida como a violência contra a mulher cometida pelo parceiro no contexto de uma relação afetiva e sexual, independentemente de ser relação estável legalizada, podendo acontecer no ambiente doméstico e urbano (NARVAZ, 2006) e expressa-se de diversas formas, sendo estas: física, psicológica, sexual, patrimonial e moral (BRASIL, 2011).

Entendido, durante muito tempo, como exclusivo do casal, esse fenômeno mantinha-se estruturado sob os princípios da invisibilidade e da naturalização (CORSI, 2003). Apenas a partir dos anos 1980, a violência contra mulher perpetrada pelo parceiro íntimo foi assumida como uma questão social (LAMOGLIA; MINAYO, 2009), deixando de ser considerado restrito ao âmbito privado para ser compreendido como um grave problema de saúde pública (BRANDÃO, 2006; CORSI, 2003; GARCIA et al., 2008; OLIVEIRA; SOUZA, 2006).

O movimento feminista foi um dos principais responsáveis por alertar sobre a necessidade de denúncia da violência ocorrida no interior dos lares. Assim, considerando que nas relações conjugais violentas os agressores são predominantemente do gênero masculino, e as principais vítimas, do gênero feminino, a violência conjugal é também uma forma de violência de gênero (NARVAZ; KOLLER, 2004; SCHRAIBER et al., 2005).

A violência de gênero abarca múltiplos fatores como sociais, culturais, histórico e subjetivo. Tal fenômeno é fundamentado nos padrões patriarcais e machistas da sociedade, gerando uma desigualdade de gênero e legitimando a violência que as mulheres sofrem (GUIMARÃES; PEDROZA,

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRAO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.153.506

2015).

Para um entendimento aprofundado da temática, faz-se necessário avaliar a ideologia presente na sociedade brasileira, a qual reproduz a desigualdade entre os gêneros. Desde a história da humanidade, está presente a ideologia do patriarcado apresentando vantagens aos homens, os quais possuem dominação perante os grupos minoritários, valorização dos seus interesses e são considerados sempre na posição de poder público e político. Com relação as mulheres, estas foram destinadas à reprodução da vida, afazeres domésticos e sexuais (CANTARES; GUZZO, 2022).

Partindo desse pressuposto, existem diferentes facetas para a compreensão da violência contra as mulheres. Além de violar os direitos humanos, tal ato gera uma preocupação social, sendo um dos motivos de construção e propagação da cultura, bem como dificulta o desenvolvimento socioeconômico do país, visto que há um aumento nas custas dos serviços de saúde público em razão da alta procura de mulheres violentadas necessitando de atendimento (NARVAZ; KOLLER, 2006; CONSELHO FEDERAL DE PSICOLOGIA, 2013).

Ainda nesse aspecto, a violência se configura de acordo com as estruturas sociais sendo praticada de forma mascarada e de várias maneiras na vida cotidiana. Assim, é preciso compreendê-la como um fenômeno social e não individual, uma vez que a sociedade é mecanismo tanto de propagação da ideologia quanto para autonomia humana (CANTARES; GUZZO, 2022). Dessa forma, a violência se estrutura através do âmbito institucional que abrange os aspectos políticos, econômicos, educacionais, culturais, étnico-racial, bem como o âmbito interpessoal, que envolve a família, relação doméstica, abuso física, sexual, psicológico e moral (MOREIRA et al., 2011).

De acordo com Narraz e Koller (2006), a estrutura social em que as mulheres se encontram contribui para a dependência com seus parceiros íntimos, especialmente as que possuem uma posição socioeconômica precária e padrão de vivências familiar abusivas, além do estereótipo de gênero propagado através da cultura. Em vista disso, o estigma pode ser um dos motivos pelos quais a mulher sofre a violência e não denuncia seu parceiro. Sente-se envergonhada, além de sofrer preconceito da sociedade e da própria família, podendo ser considerada culpada por se manter na relação (MOREIRA et al., 2011).

Segundo Goffman (1998), o estigma se caracteriza através de uma característica considerada negativa perante a sociedade e que diferencia um sujeito do outro, excluindo-o de um grupo que poderia pertencer, bem como inferiorizando e categorizando esse indivíduo. Com base nisso, as mulheres que são violentadas pelos parceiros sentem medo de relatar o que sofrem para evitarem serem diminuídas e julgadas, esforçando-se para encobrir os abusos. Contudo, tal fato acarreta no agravamento do sofrimento psicológico, tendo em vista que desconhecem ou não têm uma rede

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO			
Bairro: JARDIM PAULISTA		CEP: 14.090-180	
UF: SP	Município: RIBEIRAO PRETO		
Telefone: (16)3603-6600	Fax: (16)3618-6102	E-mail: cepbm@baraodemaua.br	

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.153.506

de apoio saudável (MOREIRA et al., 2011).

A falta de conhecimento dos direitos faz com que muitas mulheres violentadas não procurem ajuda legal ou de assistência médica. Além disso, a ausência de suporte familiar e comunitário pode tornar ainda mais desafiador romper com uma situação de violência, principalmente quando essas mulheres sofrem de carência afetiva e não possuem condições financeiras favoráveis, o que interfere na capacidade de lidar com situações complexas. Ademais, existe a exclusão social quando a mulher possui uma condição econômica desfavorável, cuja situação dificulta encontrar e fortalecer um suporte social (NARVAZ; KOLLER, 2006).

De acordo com Leite et al. (2018), frequentemente, a violência é acometida por parceiros íntimos com perfil parecidos sendo eles alcoólatras, dependentes químicos, com baixa escolaridade ou desempregados, bem como impulsividade devido ao ciúme excessivo, concretizando a ideologia da cultura patriarcal. A partir disso, ocorre o chamado ciclo da violência doméstica, cuja relação é afetada por várias situações. De início, a relação conjugal é marcada por insultos, intimidações, provocações, humilhações e xingamento, caracterizada por conflitos e tensão. Logo em seguida, o parceiro deprecia e inferioriza a mulher, além de ameaças de violência até de fato acontecer. Nessa fase, a mulher passa a ser uma figura passiva, tida como objeto e o homem como dominador. O mesmo culpa a mulher pelo ocorrido e nega que houve a violência, assim faz promessas de mudanças de comportamento e que a relação conjugal irá mudar. Entretanto, o ciclo recomeça após a "lua de mel", tendo em vista que não há o cumprimento do que foi prometido, tornando a relação em um círculo vicioso (LUCENA et al., 2016).

Tal violência ocorre de modo global, que pode gerar danos graves a mulher como problemas físicos, incapacidade permanentes, óbito e psicológicos como por exemplo transtornos mentais. Sendo comumente praticado por parceiros íntimos, podendo ocorrer em diversos âmbitos sociais, econômicos e culturais, e apesar da severidade e amplitude, parte dessas mulheres não relatam e não buscam por ajuda as violências que sofreram pelos parceiros (ROSA et al., 2013).

Diante ao exposto, a pressão social e cultural geralmente contribui para as mulheres permanecerem vivendo nessa situação a fim de manter a família unida. Conforme relatado por Souza e Rezende (2018), elas também continuam vivendo no lar violento por terem medo do parceiro íntimo não ser punido e tornar a agressão mais intensa. Além disso, são dependentes financeiramente e não possuem recursos para se manterem sozinhas, bem como por não acreditarem que existe outra perspectiva de vida, tendo em vista que são poucas as chances de inserção no mercado de trabalho. Tal fato se agrava dificultando a independência para aquelas que não possuem experiências profissionais ou baixa escolaridade, considerando que a realidade

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO		
Bairro: JARDIM PAULISTA		CEP: 14.090-180
UF: SP	Município: RIBEIRÃO PRETO	
Telefone: (16)3603-6600	Fax: (16)3618-6102	E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.153.506

profissional é exigente nesse aspecto. Outro fator que mantém o relacionamento, é a dependência emocional, uma vez que por se sentirem desvalorizadas e com baixa autoestima, acreditam que não são dignas de outros parceiros e, por isso, não querem viver na solidão (SOUZA; REZENDE, 2018).

Segundo Brasil (2019), a Central de Atendimento à Mulher – Ligue 180 registrou no total 85.412 sendo violência doméstica (78,96%); tentativa de feminicídio (4,35%); violência moral (4,08%); ameaça (3,81%). Além disso, as relações heteroafetivas possui grande número de casos de violência sendo considerado que 55,47% ocorreram por cônjuges, namorados, atuais e ex-companheiros das vítimas.

No que diz respeito ao contexto pandêmico da covid-19, foi estabelecido o isolamento social, o que obrigou a população a conviver exclusivamente no contexto familiar e doméstico. Sendo assim, em 2020 houve um crescimento significativo de 14,12% da violência contra mulher em comparativo com as estatísticas de 2019 nos meses de fevereiro, março e abril. Devido ao agravamento, o Ministério da Mulher, da Família e dos Direitos Humanos propôs implementação de comitês para enfrentamento, dessa forma, foi expandida a divulgação do Disque 180 e desenvolvido um aplicativo para atendimento. Os dados mostram que 64% das mulheres eram brancas, 27% pardas, 9% pretas, 0% nas amarelas e indígenas. Entretanto houve um aumento em relação as mulheres negras de 29,9% e não negras 1,7%, o que evidencia que pode estar interligado a discriminação racial e de gênero. Em decorrência da pandemia, os casos de violência contra mulher aumentaram devido estarem em contato constante com seus parceiros íntimos, os principais agressores (SOUZA; FARIAS, 2022).

Com o intuito de amparar a população brasileira, atualmente existem diretrizes a fim de auxiliar a atuação e inserção da Psicologia nas demandas sociais, incluindo a violência contra as mulheres que se agrava cada dia mais. O Conselho Federal de Psicologia foi precursor das diretrizes e tem como objetivo supervisionar, orientar e disciplinar a atuação do psicólogo no território brasileiro. Com base nisso, originou-se uma instituição essencial para qualificação deste profissional, o Centro de Referência Técnica em Psicologia e Políticas (CREPOP). Assim, foi possível a inserção da Psicologia na criação e atuação nas políticas públicas. Entretanto, há uma falha na formação desses profissionais diante a realidade social e necessidades da população brasileira (CANTARES; GUZZO, 2022). Infelizmente, a falta de formação, preparação e treinamento adequados em relação aos aspectos da violência é uma lacuna nas disciplinas da área de saúde, o que dificulta para os profissionais estarem habilitados a oferecer atenção necessária às vítimas (SOUZA; REZENDE, 2018).

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO		
Bairro: JARDIM PAULISTA		CEP: 14.090-180
UF: SP	Município: RIBEIRAO PRETO	
Telefone: (16)3603-6600	Fax: (16)3618-6102	E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.153.506

Assim, é imprescindível que a psicologia faça parte da equipe multidisciplinar para contribuir com os saberes técnicos no atendimento às mulheres em situações abusivas, fazendo com que seja ouvida e respeitada diante a sua singularidade. Assim, como resultado, haverá o aumento da discussão sobre a temática (CANTARES; GUZZO, 2022). Desta forma, o acolhimento psicológico é essencial para que a vítima conquiste sua independência e desenvolva recursos para enfrentar conflitos e compreender seus direitos, que muitas vezes são desconhecidos. (ADAMES et al., 2018).

Objetivo da Pesquisa:

Objetivo primário:

Compreender as vivências de mulheres que foram vítimas de violência perpetrada pelo parceiro íntimo.

Objetivos secundários:

I – Compreender as repercussões e impactos psicológicos da vivência da violência perpetrada pelo parceiro íntimo.

II – Verificar quais as estratégias de enfrentamento das mulheres diante da violência.

III – Mapear a existência de fatores de risco e de proteção na história familiar e pessoal das mulheres vítimas de violência.

IV – Conhecer os aspectos envolvidos na vivência de permanência e rompimento da relação abusiva.

V – Compreender a dinâmica dos relacionamentos atuais das mulheres.

Avaliação dos Riscos e Benefícios:

Riscos:

Avalia-se que há um risco mínimo ao participar da pesquisa. Pode ser que a participante se canse ao responder as questões ou fique sensibilizada pelo conteúdo presente nelas. Caso ao responder as perguntas a participante sinta algum desconforto e/ou constrangimento, as pesquisadoras estarão dispostas a esclarecer e orientar quanto a estes aspectos e os contatos delas estarão disponíveis para realizar orientações e encaminhamentos que a participante precisar. A participante poderá optar por não responder a questões que lhe gerem certo incômodo, além de poder interromper sua participação imediatamente, momentânea ou definitivamente caso isso ocorra.

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO

Bairro: JARDIM PAULISTA

CEP: 14.090-180

UF: SP

Município: RIBEIRÃO PRETO

Telefone: (16)3603-6600

Fax: (16)3618-6102

E-mail: cepbm@baraodemaua.br

CENTRO UNIVERSITÁRIO BARÃO DE MAUÁ



Continuação do Parecer: 6.153.506

Benefícios:

Espera-se que os resultados desta pesquisa tragam informações e propostas importantes para as áreas da educação, saúde e assistência social, sobretudo para a atuação dos profissionais que atendem mulheres que sofreram violência como você, tanto no sentido de reflexão em relação às práticas de atendimento e cuidado, quanto no desenvolvimento de estratégias de intervenção e prevenção da violência. Espera-se desta forma, contribuir para orientar ações de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal quanto aos cuidados com as mulheres vítimas de violência.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa:

Trata-se de um estudo que pode trazer informações e propostas importantes na área de educação, sobretudo para coordenadores e professores dos cursos de graduação na área de saúde, sobretudo na Medicina, Psicologia e Assistente Social, bem como para orientar ações de políticas públicas nos âmbitos federal, estadual e municipal quanto aos cuidados com as mulheres vítimas de violência.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória:

Em conformidade com as diretrizes da CONEP.

Recomendações:

Nenhuma.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações:

-Diante do exposto, o Comitê de Ética em Pesquisa, de acordo com as atribuições definidas na Resolução CNS nº 466 de 2012 e na Norma Operacional nº 001 de 2013 do CNS, manifesta-se pela aprovação deste projeto de pesquisa.

Considerações Finais a critério do CEP:

Este parecer foi elaborado baseado nos documentos abaixo relacionados:

Tipo Documento	Arquivo	Postagem	Autor	Situação
Informações Básicas do Projeto	PB_INFORMAÇÕES_BÁSICAS_DO_PROJETO_2120318.pdf	22/05/2023 19:40:15		Aceito
Outros	Cartaderesposta.pdf	22/05/2023 19:40:02	Mayara Colleti	Aceito
Solicitação Assinada pelo	TERMODECOMPROMISSO.pdf	22/05/2023 19:37:02	Mayara Colleti	Aceito

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO
 Bairro: JARDIM PAULISTA CEP: 14.090-180
 UF: SP Município: RIBEIRAO PRETO
 Telefone: (16)3603-6600 Fax: (16)3618-6102 E-mail: cepbm@baraodemaua.br

**CENTRO UNIVERSITÁRIO
BARÃO DE MAUÁ**



Continuação do Parecer: 6.153.506

Pesquisador Responsável	TERMODECOMPROMISSO.pdf	22/05/2023 19:37:02	Mayara Colleti	Aceito
TCLE / Termos de Assentimento / Justificativa de Ausência	TCLE.pdf	22/05/2023 19:36:26	Mayara Colleti	Aceito
Projeto Detalhado / Brochura Investigador	ProjetoTCCPlataformaBrasil.doc	22/05/2023 19:35:37	Mayara Colleti	Aceito
Cronograma	CRONOGRAMA.pdf	22/05/2023 19:35:16	Mayara Colleti	Aceito
Orçamento	ORCAMENTO.pdf	13/04/2023 19:46:24	Mayara Colleti	Aceito
Folha de Rosto	FOLHADEROSTOASSINADA.pdf	12/04/2023 19:16:51	Mayara Colleti	Aceito

Situação do Parecer:

Aprovado

Necessita Apreciação da CONEP:

Não

RIBEIRAO PRETO, 30 de Junho de 2023

**Assinado por:
Cristina Endo
(Coordenador(a))**

Endereço: RAMOS DE AZEVEDO
 Bairro: JARDIM PAULISTA CEP: 14.090-180
 UF: SP Município: RIBEIRAO PRETO
 Telefone: (16)3603-6600 Fax: (16)3618-6102 E-mail: cepbm@baraodemaua.br